UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Renata de Baco Hartmann

A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

Santa Maria, RS
2016

Renata de Baco Hartmann

A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Baco Hartmann, Renata
A questão ambiental a partir de uma constituição sócio histórica no município de Mata - RS / Renata de Baco Hartmann.- 2016.
95 f.; 30 cm

Orientador: José Geraldo Wizniewsky
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. história ambiental 2. construcionismo 3. meio ambiente I. Wizniewsky, José Geraldo II. Título.

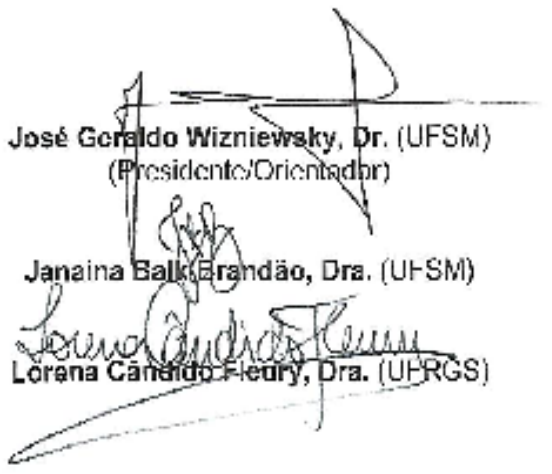
© 2016 Todos os direitos autorais reservados a Renata de Baco Hartmann. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. E-mail: renatabhartmann@gmail.com

Renata de Baco Hartmann

A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Extensão Rural**.

Aprovada em 28 de novembro de 2016:



José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Janaina Balk Brandão, Dra. (UFSM)

Lorena Cândido Fleury, Dra. (UFRGS)

Santa Maria, RS,
2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente FORA TEMER!

Sou grata às políticas voltadas para a Educação que tornaram possível que eu, assim como tantas outras mulheres, tivessem acesso à educação gratuita e de qualidade, nesta Universidade Federal de Santa Maria, assegurando a construção da cidadã, da agrônoma e da Mestra em Extensão Rural; e ainda cito:

Marcos, Juliana e Marcele, que dividem comigo o dia a dia em família, e que me fazem aprender sobre medo, responsabilidade e amor;

“Minhas mães”, Joaquina e Neli, cujo incentivo foram, e são, fundamentais;

Daniela, Odair e Lucas, meus companheiros de jornada;

Débora e Davi, cuja chegada tornou os dias daqueles que eu amo, mais felizes;

Lorenzo, para quem pretendo nunca deixar de ser a tia “Nata”;

Colegas fundadores do Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS), pelo encontro de sonhos e ideais e por terem dado sentido à vida profissional, mostrando-me, nos momentos de incerteza, que lutar por uma sociedade inclusiva é das tarefas, a mais importante;

Laila Drebes, Nayara Pasqualotto, Tanny Bohner, Rodrigo Faccin, Carima Atiyel, Ezequiel Redin, Laura Possani, Isabel Cristina da Silva, Bernardo Rodrigues da Silva, meus colegas no PPGExR, de quem a generosidade e a empatia transborda;

Aida Simonetti, Lenir Vaz, Luisa Veleda, Guilherme Tambara, Fernando Teló, que emprestaram-me seu tempo naqueles momentos em que conciliar vida profissional, familiar e acadêmica quase me tiraram a sanidade mental;

Demais colegas da Gerência Regional Centro- FEPAM-DBIO da SEMA (Porto, Floresta, Luiz Alberto, Washington, Mallmann, Caroline, Vanessa), que me apoiaram no decorrer do Mestrado;

Coordenação, docentes, funcionários e colegas do PPGExR, pelo auxílio e por terem me ensinado muitas coisas sobre eloquência e prática;

Professor Vicente, nesta data coordenador do PPGExR, por ser um exemplo de humanidade e desvelo;

Professor Zé Geraldo, pela compreensão e estímulo; por ter tido sensibilidade e empatia, essenciais para que eu concluísse essa caminhada;

Professora Gisele Guimarães, por ter dado a oportunidade de estar em sala de aula tantas e tantas vezes, oportunizando-me a experiência enriquecedora da docência;
Professoras Janaína Balk Brandão (UFSM) e Lorena Cândido Fleury (UFRGS), que generosamente aceitaram participar da banca examinadora e, assim, contribuíram para o enriquecimento desse trabalho;
Professor Clayton Hillig (UFSM) por sua compreensão ao aceitar participar do processo, como membro suplente da banca examinadora;
Entrevistados, que prontamente se dispuseram a colaborar com a pesquisa;
A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho, e não estão nominalmente citados, minha **gratidão!!!!**

“Uma das poucas leis férreas da história é que os luxos tendem a se tornar necessidades e a gerar novas obrigações. Uma vez que as pessoas se acostumam a um certo luxo, elas o dão como garantido. Passam a contar com ele. Acabam por chegar a um ponto em que não podem viver sem.”

Uma breve história da humanidade, Sapiens – **Yuval Noah Harari**

RESUMO

A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE MATA- RS

AUTORA: RENATA DE BACO HARTMANN
ORIENTADOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

A dissertação aqui apresentada vai tratar, de modo geral, sobre como foram instituídos, no município de Mata - RS, os espaços de discussão, relativamente a questão ambiental O município, que está geograficamente localizado na região central do Rio Grande do Sul, é resultado de uma série de acontecimentos históricos, que vão desde a chegada do colonizador luso-português (considerado como agente fundante do lugar), passando pelas intervenções impostas por outros imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos. Das ações desses atores sociais derivam a modificação na paisagem, sobretudo com a supressão vegetal tanto às margens do Rio Toropi, para instalação da lavoura arrozeira, como nas áreas de altitude mais elevada, onde são cultivados atualmente, entre outros, o milho e o tabaco; pode-se afirmar, ainda, que as formas como a questão ambiental tem sido encarada pelas presentes gerações, derivam deste entrelaçamento de relações homem-homem e homem-natureza. Não obstante, objetiva-se, nesta pesquisa: a) compreender, através da história do lugar, como se deu a construção dos espaços sociais do grupo, relativamente a questão ambiental; b) identificar, no âmbito do trabalho, os espaços nos quais o grupo de agricultores busca suporte para atendimento de suas demandas, no que tange à questão ambiental e ao cumprimento da legislação. Metodologicamente adotou-se abordagem construcionista, tendo em vista que importa, neste estudo, o aspecto eminentemente social da questão ambiental, o que equivale a dizer que o interesse recai sobre como estas questões ambientais tem sido conduzidas, e se este percurso histórico (entremeado por uma ampla série de fatores culturais, econômicos, políticos), foi suficiente para que as questões ambientais chegassem a ser compreendidas, nesta comunidade, como questões públicas. E, como pano de fundo, utilizou-se a História Ambiental para traçar uma linha espaço-tempo acerca das pessoas e da paisagem do lugar de estudo. Diante dessas características, adotou-se a investigação de caráter qualitativo com base empírica. Os dados foram coletados através de entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação. As principais conclusões do estudo ser referem diretamente ao fato de os grupos analisados não manifestarem grandes inquietações acerca das questões ambientais, muito provavelmente por conta da historiografia do lugar, fundamentada na valorização do trabalho e uso dos recursos naturais como insumos para as atividades agrícolas.

Palavras-chave: História Ambiental. Construcionismo. Meio Ambiente.

ABSTRACT

THE ENVIRONMENTAL ISSUE FROM A SOCIO-HISTORICAL CONSTITUTION IN MATA - RS

AUTHOR: RENATA DE BACO HARTMANN
ADVISER: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

The dissertation here presented will deal, in general, about how the discussion spaces, in relation to the environmental issue. The city, which is geographically located in the central region of Rio Grande do Sul, is a result of a series of historical events, that happen since the arrival of the Luso-portuguese colonizer (considered the city's funding agent) passing through the interventions imposed by the other European immigrants, specially Germans and Italians. By the actions of these social actors, drift the modification of the picture, overall with the vegetal suppression in the margins of Toropi River, for the installation of rice farming, and in the highest altitude, where corn, tobacco and others are actually cultivated. It can still be stated that, the means in how the environmental issue has been faced by the present generations, derive from this interweaving relations man-man and man-nature. Nevertheless, the objective of this research is: a) to understand, through the history of the place, how was the construction of the social group spaces, regarding the environmental issue; b) to identify, in the scope of work, the spaces in which the group of agriculturists search for attend of their demands, with regard to environmental issues and compliance with the law. Methodologically we adopted the constructionist approach, considering that in this study the eminently social aspect of the environmental issue, it is equivalent to say that the interest lies in how these environmental issues have been conducted, and if this historical route (Interspersed with a wide range of cultural, economic, and political factors), was the sufficient to understand the environmental issue, in this community, as public questions. Moreover, as background, the environmental history has been used to draw a line space-time around the people and the picture of the study place. In front of these characteristics, a qualitative research with empirical basis was adopted. The data was collected through interviews, bibliographical research, documental and observation research. The main conclusions of the study refer directly to the fact that the groups analyzed do not express great concern around the environmental issues, most probably because of the historiography of the place, substantiated the valorization of the work and the usage of natural resources as inputs to the agricultural activities.

Keywords: Environmental History. Constructionism. Environment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Área de Preservação Permanente **(APP)**
Arseniato de Cobre Cromatada **(CCA)**
Associação dos Fumicultores do Brasil **(AFUBRA)**
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural **(AGAPAN)**
Centro de Ciências Rurais **(CCR)**
Cia. Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul **(CEE)**
Conselho Nacional de Meio Ambiente **(CONAMA)**
Conselho Regional de Desenvolvimento **(COREDE)**
Constituição Federal **(CF)**
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural **(EMATER).**
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler **(FEPAM)**
Grupo de Agroecologia Terra Sul **(GATS)**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **(IBGE),**
Ministério do Meio Ambiente **(MMA)**
Organização Não Governamental **(ONG)**
Pequena Central Hidrelétrica **(PCH)**
Plano Est. De Regularização de Atividades Irrigantes **(PERAI)**
Política Nacional de Meio Ambiente **(PNMA)**
Produto Interno Bruto **(PIB)**
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural **(PPGExR)**
Revista Novos Rumos Sociológicos **(NORUS)**
Sindicato dos Trabalhadores Rurais **(STR)**
Sistema Nacional de Meio Ambiente **(SISNAMA)**
Termo de Compromisso Ambiental **(TCA)**
Universidade Federal de Pelotas **(UFPel)**
Universidade Federal de Santa Maria **(UFSM)**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul **(UFRGS)**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL 12
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA 17
2.1 O LOCAL DE ESTUDO: MATA - RS 19
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO 24

2 APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE MATA - RS 34
2.1 UMA BREVE FALA SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA 34
2.2 A SAGA DOS SILVA PEREIRA: A OCUPAÇÃO DAS TERRAS ÀS MARGENS DO RIO TOROPI 36
2.3 A HISTÓRIA GANHA OUTRAS CORES E OUTRAS NOTAS: A IMIGRAÇÃO EUROPEIA 40
2.4 A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E A INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO FÉRREA EM MATA - RS 44
2.5 A MODERNIZAÇÃO DA LAVOURA ARROZERIA NO MUNICÍPIO DE MATA - RS 49

3 A QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MATA - RS 55
3.1 A PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE 55
3.2. LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO: tenho até medo dessa gente... 60
3.3. O PAPEL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: o banco pede a licença 64
3.4. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA VISÃO DO AGRICULTOR 66

CONCLUSÕES 77

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 83

APÊNDICES 88

ANEXOS 92

1 INTRODUÇÃO GERAL

Ao rever todo o caminho percorrido durante estes dois anos e meio, enquanto Mestranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), fora possível perceber que este era o momento oportuno para reflexões mais profundas acerca de toda a trajetória construída até então, não só profissional como também acadêmica e pessoal.

Assim, voltando nas décadas de 1980 e 1990, revisito a infância cercada pelas lavouras de arroz irrigado, por ter nascido e crescido em Mata, um município da região central do Rio Grande do Sul, na margem do rio Toropi, cuja várzea há muito tempo é cultivada com arroz. Ou seja, ter vivido em meio ao movimento típico da lavoura de arroz, e rodeada por pessoas que trabalhavam na terra e dela tiravam seu sustento.

E dentre as lembranças recorrentes, incluem-se as imagens dos arrozais já em cachos dourados, prontos para a colheita, este que sempre fora o instante mais esperado por todos.

Ainda, na década de noventa, mais precisamente em junho de 1992, momento em que ocorria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, fora despertado, por esta Mestranda, já no ensino fundamental, a preocupação com temas como o aquecimento global, a qualidade do ar, efeito estufa, bem como a preservação dos recursos naturais.

Por sua vez, o ensino médio consolidou a intenção de trabalhar questões ligadas ao meio rural e ao meio ambiental, o que foi determinante para a escolha da carreira de Agronomia. Já no ano de 1998, ano de ingresso ao Ensino Superior, então caloura, foi adentrado em um espaço novo e que, acreditava, seria profícuo em promover reflexões pertinentes para que, egressa, tivesse condições de compreender as mudanças globais que estavam em curso, permitindo fossem assimiladas novas mentalidades e habilidades, condição que seria fundamental na resolução de problemas sociais e ambientais, que certamente estariam presentes no dia-a-dia profissional.

Entretanto, foi possível, desde o início, perceber que se tratava de uma ilusão, pois já nos primeiros semestres do curso verificou-se que o projeto político

pedagógico tinha como objetivo a formação de vendedores de um pacote tecnológico fechado e destinado aos grandes produtores de *commodities*[1].

Porém, manifestadamente, havia exceções no curso, e por afinidades de ideias mesmo em meio às incertezas, foi possível reunir-se a um grupo de alunos e professores que tinham a mesma visão de mundo, o que permitiu que, em abril de 2000, fosse fundado o Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS), consistente em um espaço para pesquisa, extensão e discussões junto ao Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Desta forma, egressa da UFSM e almejando dedicar-se à área ambiental, foi possível participar de uma seleção pública em 2009, que resultou na aprovação e convocação para ocupar, como Engenheira Agrônoma, o cargo de Analista Ambiental da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), cargo ocupado até os dias atuais.

E, nestes sete anos de atuação como Analista Ambiental, dia após dia, ao perscrutar o andamento dos processos de licenciamento ambiental e os atos fiscalizatórios da Fundação, tanto quanto a forma como os empreendedores lidavam com a questão ambiental em suas atividades, especialmente aqueles que atuavam em atividades agrossilvipastoris, outros tantos questionamentos emergiram. Aliás, eram tantos questionamentos que dificultavam o andamento da atividade profissional, que se resume em fazer cumprir a legislação ambiental.

E mais, visando ordenar todo a experiência adquirida e obter respostas para alguns destes questionamentos, em 2014 houve o ingresso como Mestranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM.

Outrossim, o processo de construção de um trabalho acadêmico, inclinado para as ciências sociais, para quem era habituado à letra fria dos textos legais, sem dúvida alguma foi desafiador, da mesma forma que se mostrou desafiador, diante de tão variadas fontes e de um empírico congruente, superar as vulnerabilidades da interpretação.

De todo modo, o fator decisivo para a escolha da temática que daria fôlego para a escrita desta dissertação foi, sem dúvida, a trajetória profissional. Esta que também norteou o aprofundamento teórico necessário para a construção do

[1] Nota: Commodities são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades, fonte http://www.economiabr.net/economia/5_commodities.html

[2] Nota: Disponível em http://www.comiteibicui.com.br/mapas/U50%20-

problema de pesquisa. A opção pela temática ambiental reflete, além do mais, a importância que esta dimensão assume em diversas pesquisas no Brasil e América Latina. Neste caso, verifica-se uma grande profusão de estudos voltados a investigar as diferentes formas de intervenção humana sobre o ambiente. Acerca da produção Latino-americana, FERREIRA et. al. (2011) afirmam que o meio ambiente vem assumindo maior magnitude no campo de pesquisa do continente, abarcando, nos trabalhos realizados, grande gama de abordagens que dão conta da relação natureza-sociedade, mostrando que cada vez mais os pesquisadores estão atentando para a relação homem e natureza. A produção acadêmica, foco das pesquisas de FERREIRA et. al. (2011), recai, sobretudo, sobre a produção da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Uruguai, e as análises desta produção tem indicado certa similaridade com o que está sendo produzido na comunidade científica mundial. Deve-se considerar, no entanto, que a produção Latino-americana traz consigo temas além do “ambiente natural”, já que tem tratado, ainda, da temática ligada à desigualdade social, biodiversidade e democracia, entre outros ligados à realidade empírica dos locais de estudo.

No Rio Grande do Sul, o tema tem sido abordado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), responsável pela edição da Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS). Na UFSM, em pesquisa aos registros junto à Biblioteca Central, é possível encontrar cerca de quatro mil documentos, entre teses, dissertações, monografias e trabalhos finais de graduação, cujos temas de maior incidência são: educação ambiental, direito ambiental, movimento ambientalista, biodiversidade, impactos dos agrotóxicos, impactos de atividades sobre o ambiente, resíduos sólidos, políticas públicas, entre outros. Do mesmo modo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre teses e dissertações, tem publicado trabalhos relevantes na área de ambiente e sociedade, abordando temas como a presença humana em ambientes protegidos; conflitos ambientais; percepção ambiental; relações sociedade-natureza; grandes empreendimentos e seus impactos socioambientais; licenciamento ambiental, entre outros.

O esforço teórico que foi empreendido, no intuito de compreender de forma mais satisfatória como a questão ambiental está posta em diversas realidades e situações, bem como as observações, desta vez baseadas na vivência profissional, fizeram emergir algumas questões norteadoras, que para registro, são: O agricultor tem oportunidade de discutir seu processo produtivo, considerando para além da

escolha da tecnologia, também a questão do manejo dos recursos naturais e sua proteção? Qual é o papel assumido pelos órgãos ambientais neste cenário? Quais são os demais agentes que atuam junto dos agricultores, influenciando-os? A história agrária do município pode ter influenciado o modo como as pessoas tomam suas decisões, ainda hoje?

Com isto em mente, optou-se por pesquisar a história do município de Mata, no Rio Grande do Sul, desde seus primeiros colonizadores, a fim de responder, pelo menos em parte, as inquietações descritas até aqui. Sustentando-se no fato de Mata ser um município eminentemente agrícola e que resulta de um processo mais amplo de ocupação do território brasileiro. O local de pesquisa está, em dias atuais, constituído por lavouras de arroz às margens do Rio Toropi, cuja apropriação está intimamente relacionada com a chegada dos colonizadores luso-brasileiros; e por pequenos agricultores, ocupantes da região de altitude mais elevada do município, cuja ocupação deu-se posteriormente à da várzea, e que se caracteriza pela descendência europeia, considerando o processo de imigração.

Uma vez tendo definido que a historiografia constitui-se como elemento fundante para análise e interpretação dos acontecimentos da atualidade, optou-se por utilizar conceitos chave de um campo específico da história, reconhecidamente denominado como “História Ambiental”.

No entanto, a História Ambiental sozinha, não deveria ser suficiente para que fossem respondidos os questionamentos que deram origem ao trabalho. Assim, visando compreender como a questão ambiental está inserida nas discussões do grupo selecionado para o estudo, utilizou-se a abordagem construcionista da sociologia ambiental, tendo em vista que importa neste estudo o aspecto eminentemente social da questão ambiental. Isso equivale a dizer que o interesse repousa exatamente em como estas questões ambientais tem sido conduzidas, e se este percurso histórico (entremeado por uma ampla série de fatores culturais, econômicos, políticos), foi suficiente para que as questões ambientais chegassem a ser consideradas questões públicas.

No decorrer da pesquisa, aspectos relacionados à formação do território, modernização da agricultura, legislação ambiental, gestão democrática do meio ambiente, ação dos órgãos ambientais, conflitos ambientais e o papel das instituições financeiras, foram aparecendo nas falas dos entrevistados e vão dar

corpo ao trabalho, que além da parte introdutória e das considerações finais, conta com outros dois capítulos.

O capítulo 2 foi elaborado para analisar as transformações pelas quais passou o território que hoje constitui o município de Mata, visando compreender a magnitude que esse processo histórico assume e em que medida determina as formas como os agricultores atuam em seus processos produtivos, relativamente ao manejo dos recursos naturais. A atenção recai, neste capítulo, sobre os processos de apropriação do território, passando rapidamente pela presença indígena e com ênfase na ocupação efetivada pelos luso-brasileiros, capitaneada pela doação de terras no sistema sesmarial. Discute-se, ainda, a chegada dos imigrantes europeus e os desdobramentos das ações destes sobre a floresta. Por fim, cronologicamente mais recente, trata da adoção da modernização conservadora da agricultura, e sua ligação histórica com os fatos anteriormente narrados e suas consequências sobre o ambiente.

No terceiro capítulo, valendo-se das falas dos entrevistados, a questão ambiental aparece em sua face jurídica, dando conta de aspectos ligados à legislação ambiental, determinada pelo instrumento de gestão que é o licenciamento ambiental. A forma como o grupo participa dos mecanismos de tomada de decisão, dadas pelo princípio da gestão democrática do meio ambiente também é discutida neste capítulo, bem como o papel dos órgãos ambientais e outras instituições, como os agentes financeiros (os bancos), na determinação dos espaços de discussão sobre o tema.

O objetivo geral desta pesquisa se resume em responder a seguinte questão: “é possível caracterizar as formas como a questão ambiental é assumida por um grupo, a partir de sua constituição sócio-histórica?” Não obstante, objetiva-se, especificamente: a) compreender, através da história do lugar, como se deu a construção dos espaços sociais do grupo, relativamente a questão ambiental; b) identificar, no âmbito do trabalho, os espaços nos quais o grupo de agricultores busca suporte para atendimento de suas demandas, no que tange à questão ambiental e ao cumprimento da legislação.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Para alcançar a magnitude dos fatores intrincados neste estudo, definiu-se um caráter qualitativo para o levantamento de dados e sua posterior análise e interpretação. O estudo detém uma base empírica, ao retratar um grupo de agricultores do município de Mata, no Rio Grande do Sul. Para MINAYO, (2015), a análise qualitativa trabalha, juntamente com os significados, também os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e atitudes, o que parece ser o cerne para a determinação das ações deste grupo, no que tange a questão ambiental. Por sua vez, em termos de modalidade de investigação, foi utilizado o estudo de caso que, para Gil (2011), consiste em estudo empírico destacado por suas profundas e detalhadas imersões nas realidades sociais, através da utilização de diversas técnicas de coleta de dados combinadas, envolvendo tanto dados primários (entrevistas), como dados secundários (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental).

As entrevistas foram organizadas na forma de roteiro semiestruturado, caracterizando-se por uma estruturação mínima atribuída por uma relação de pontos de interesse ordenados e relacionados, os quais conduziram o desenvolvimento das mesmas (GIL, 2011). As entrevistas foram realizadas entre meados de 2015 e 2016, e para as quais foram utilizados roteiros (Apêndices A e B), com perguntas centrais, cujo intuito foi o de guiar a entrevista. Quanto às informações, estas foram todas abordadas qualitativamente, bem como tratadas conforme a metodologia de análise de conteúdo, consistente na organização e sistematização das informações através de concomitante descrição, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

Assim, foram selecionados cinco arrozeiros, ocupantes da várzea do Toropi e nove agricultores, descendentes dos imigrantes europeus, ocupantes da região de altitude mais elevada. Participaram, além destes, um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), um representante do órgão ambiental municipal; um representante do serviço oficial de extensão rural do Estado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e um funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do RS (SDR).

Foram utilizados, na coleta de dados históricos, os relatos orais do diretor do Museu Fragmentos do Tempo e de uma descendente direta da família Silva Pereira, que atuou como agente fundador do município. As fontes orais utilizadas como fonte

de dados nesta pesquisa são definidas por FERREIRA (2002), como sendo material alternativo recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa. A autora explica que:

> Uma avaliação mais detida do campo do que tem sido chamado de história oral nos permite detectar duas linhas de trabalho que, embora não excludentes e entrecruzadas em muitos casos, revelam abordagens distintas. A primeira delas utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Essa abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. (FERREIRA, 2002, p. 327)

De fato, os relatos orais, baseados nas lembranças das pessoas acerca dos fatos do passado, podem ser utilizados como instrumento de apoio à análise e interpretação dos dados levantados no estudo, servindo como testemunho vivo dos fatos passados e que, por isso, podem revelar facetas que os documentos escritos não são capazes de realizar.

Em termos de amostragem, foi um estudo de caso de meio geográfico selecionado através de critérios intencionais (PIRES, 2010), em detrimento de um delineamento de amostras representativas que a estatística analítica poderia requerer. Conforme MINAYO (2015) indica, a ideia de amostragem não é mais indicada pra certas pesquisas sociais, especialmente as de cunho qualitativo. Isto se deve ao fato que o universo em questão apontar para as representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes dos envolvidos na pesquisa. O pesquisador deve estar sensível ao meio no qual busca as informações para que, assim, atente para o momento de estancar a coleta de dados.

Abaixo, o Quadro 1 traz um breve perfil dos entrevistados, cujos critérios de seleção foram: ser descendente dos primeiros colonizadores que ocupam a região através da doação de sesmarias; ser descendente dos imigrantes europeus; trabalhar na agricultura ou ter uma base de dados confiável para utilização (caso do Museu Fragmentos do Tempo). Os demais agentes (órgão ambiental municipal, EMATER, SDR e STR) foram selecionados de acordo com a sua atuação no município, considerando-se tempo de serviço ou posição dentro da instituição. No caso do STR, foi selecionado o Presidente do sindicato

Para substituir os nomes verdadeiros de cada agente entrevistado, foram utilizadas letras do alfabeto.

Quadro 1- Configuração geral do grupo de entrevistados.

Entrevistado	Idade	Gênero	Cultivos	Área (ha)
A	59	Masculino	Fumo, milho, feijão, mandioca	12
B	64	Feminino	Fumo, milho, feijão, mandioca, batata	10
C*	30	Feminino	Fumo, milho	15
D	44	Masculino	Fumo, milho, feijão	4
E	46	Feminino	Fumo, milho, feijão	30
F	71	Masculino	Fumo, milho, feijão	3
G	46	Feminino	Fumo, milho, feijão	4
H	37	Masculino	Pastagem, milho	15
I	35	Masculino	Pastagem, milho, mandioca, feijão	10
J	48	Masculino	Arroz, soja, pastagem	90
K	64	Masculino	Arroz	70
L	36	Masculino	Arroz	85
M	44	Masculino	Arroz, soja	50
N	46	Masculino	Arroz, soja	30

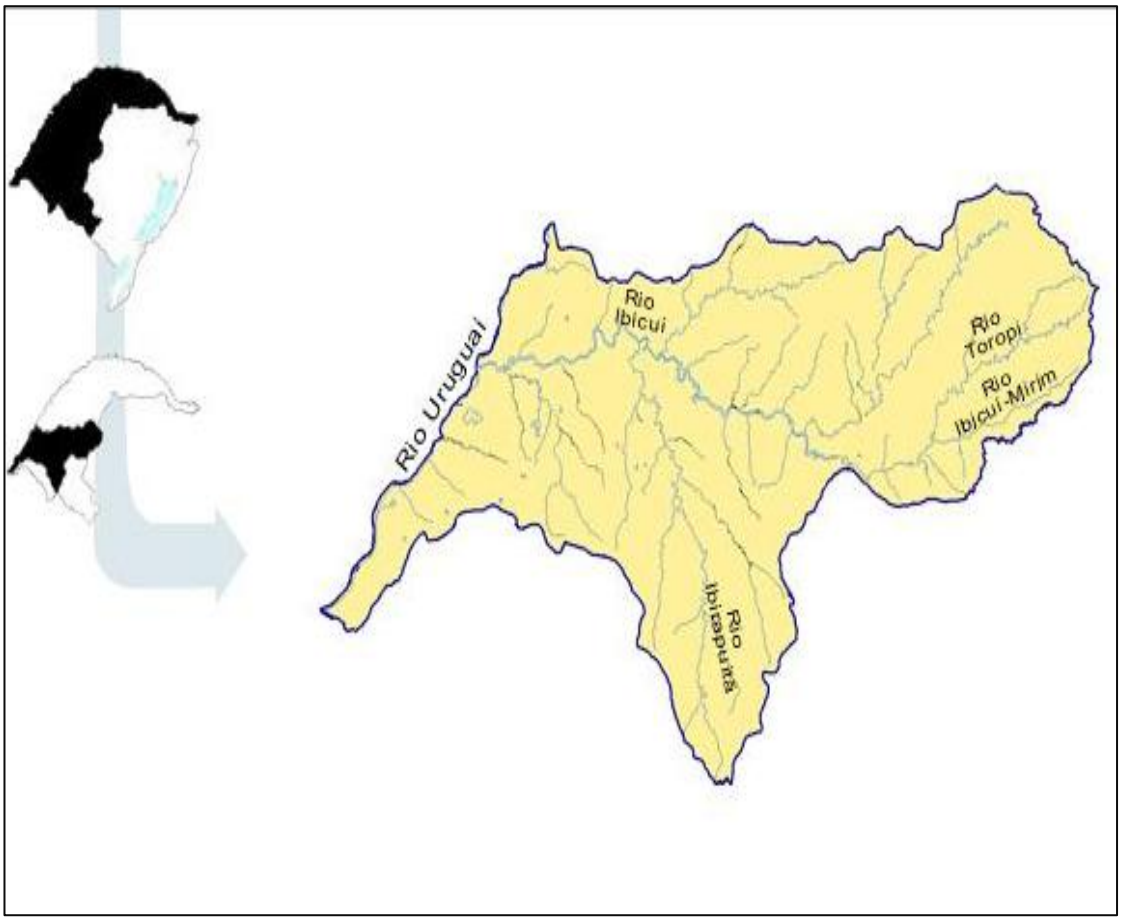
Fonte: Dados da pesquisa, HARTMANN (2016); *desenvolve, na propriedade, bovinocultura de leite e suinocultura.

2.1 O LOCAL DE ESTUDO: MATA - RS

Para caracterizar o município, cumpre registrar que o mesmo possui uma área territorial de 311,884 Km², e está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense e nos Planaltos e

Chapadas da Bacia do Paraná, entre as latitudes 29º 27’ 01” S e 29º 38’ 08” S e longitudes 54º 20’ 01” W e 54º 34’ 20” W. O município apresenta uma rede de drenagem constituída por rios perenes, sendo banhado pelo Rio Toropi e seus afluentes, que são os arroios Guacatunga, Igaretá, Panta, Tororaipi, Poraima, Sertão de Mata e Canoa; pertence à Região Hidrográfica do Rio Uruguai, Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí (Figura 1), de acordo com SIMIONI e WOLLMANN (2013). A malha hídrica assume papel relevante, pois, nas suas várzeas, são cultivadas as lavouras de arroz, as quais apresentam importância significativa na matriz produtiva municipal (MORAES, 2009).

Figura 1- Localização geográfica da Bacia do Rio Ibicuí.

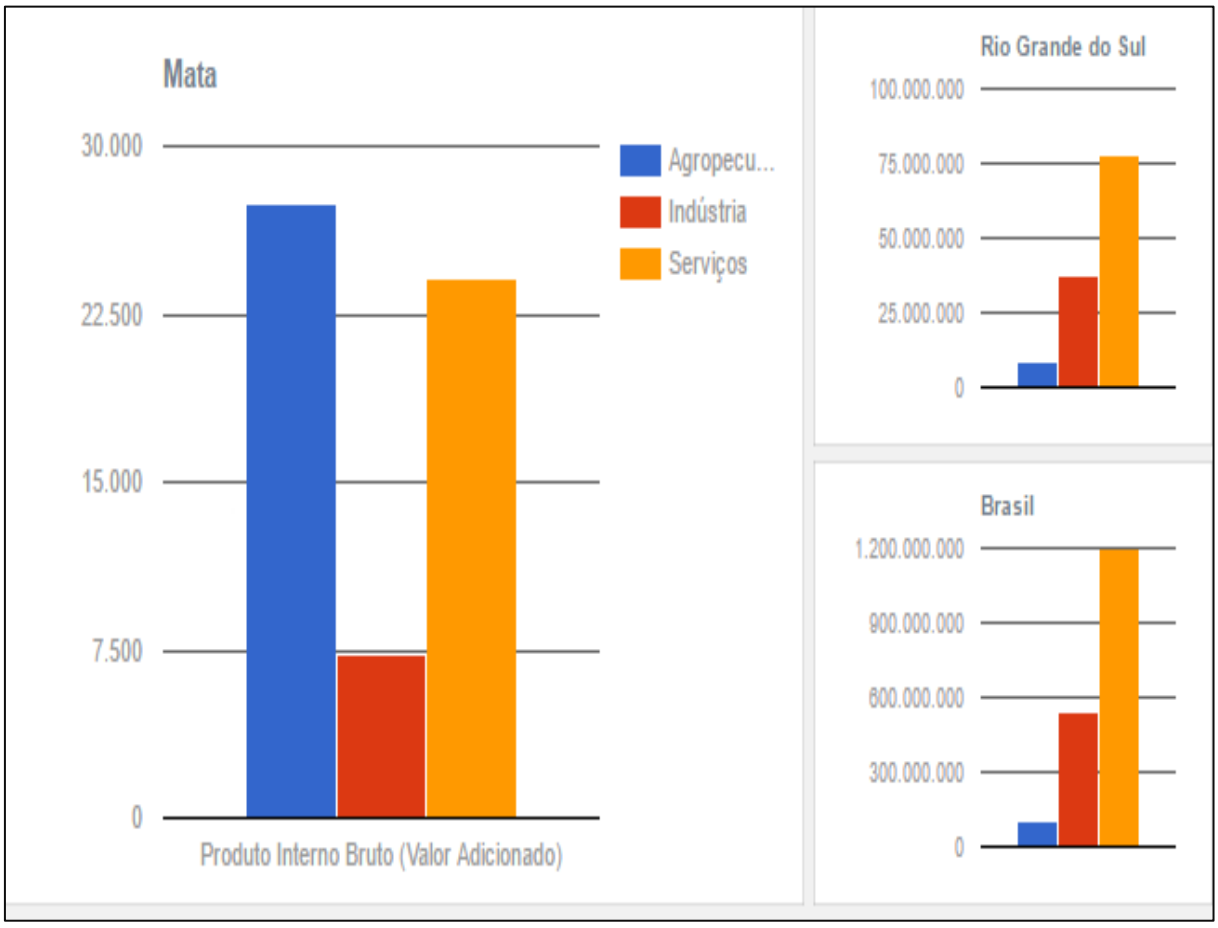


Fonte: Página do comitê de bacia hidrográfica do Ibicuí[2].

[2] Nota: Disponível em http://www.comiteibicui.com.br/mapas/U50%20-%20Bacia%20Hid.%20rio%20Ibicui.JPG, acesso em janeiro de 2016.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município contava, em 2015, com uma população estimada em 5.159 habitantes, cuja principal atividade econômica concentra-se na agricultura, conforme pode ser verificado através da Figura 2, que dá uma ideia geral relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e a participação dos setores: agropecuário, industrial e de prestação de serviços na economia municipal.

Figura 2- Produto Interno Bruto, Mata - RS.



Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[3].

Como é possível perceber, o município detém grande aporte de entrada de recursos financeiros que se dá através da agricultura, de onde advém sua relevância

[3] Nota: Disponível em http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=431210&search=rio-grande-do-sul|Mata|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib, acesso em junho de 2016.

tanto para a consideração na pesquisa acadêmica, quanto relativamente à consideração e até devoção da comunidade à sua população agricultora.

De acordo com análises de SIMIONI; WOLLMANN (2013), é possível afirmar que o município de Mata - RS, possui uma topografia bastante diversificada, estando situado tanto em regiões de planalto quanto de depressão, característica que tem proporcionado um espaço rural que se organiza em função das potencialidades e das limitações inerentes a esses compartimentos geomorfológicos. Para além das configurações que são visualizadas com facilidade, temos ai uma matriz produtiva distinta, onde são cultivadas desde lavouras temporárias até a continuidade da pecuária, herança dos primeiros colonizadores, observando-se as particularidades dos aspectos físico-naturais atrelados à questão sociocultural. Os autores, ao finalizar o mapeamento geomorfológico, concluem, também, que as lavouras arrozeiras estão posicionadas de forma a tangenciar o Rio Toropi, ocupando a sua planície fluvial, por esta ser de declividade quase plana. A parte norte do município, onde o relevo é composto por planaltos e chapadas da Bacia do Paraná e pelo rebordo do Planalto, a declividade é consideravelmente alta, sendo caracterizada como fortemente ondulada ou montanhosa. O mapa de uso de ocupação do solo confeccionado por SIMIONI; WOLLMANN, (2013), divide o município nas seguintes classes: área urbana, florestas (primaria, secundária), outras culturas (soja, fumo, milho e feijão), vegetação rasteira (Bioma Pampa) e lavouras de arroz. Outras culturas como soja, milho, fumo e feijão, são muito produzidas nas áreas com altitudes elevadas e com declividades maiores que 5%, sendo o rebordo do planalto e as chapadas tomadas pelo cultivo de fumo, feijão e milho. Enquanto que na depressão periférica Sul Rio-Grandense apresenta-se um grande cultivo de soja.

Para DIAS; TRENTIN; SCCOTI (2015), relativamente ao uso da terra, o município está dividido em áreas de campos, que são constituídos por vegetação predominantemente formada por gramíneas e vegetação de pequeno porte, associadas ao Bioma Pampa. São encontradas áreas formadas por pastagens implantadas, onde a atividade principal é a criação de rebanhos. Constituem o uso predominante no município, abrangendo 39,3% da área total. Por sua vez, as áreas de florestas existentes apresentam-se como remanescentes do Bioma Mata Atlântica, as Matas ciliares ou Matas de galeria que circundam as drenagens, bem como, as áreas de reflorestamento e ainda as áreas destinadas à silvicultura, principalmente para o plantio de eucalipto. Essa classe abrange 38,6% da área total

do município. Já as lavouras abrangem diferentes tipos de culturas existentes no município. As maiores lavouras estão associadas às áreas planas próximas ao rio Toropi, marcando tipicamente o cultivo de arroz. Já nas porções mais acidentadas do relevo predominam as lavouras de fumo e as pequenas propriedades com culturas de subsistência e/ou de mercado local, tais como o feijão, mandioca, entre outras. Essa classe representa 21,2% da área total do município.

Por fim, as Figuras 3 e 4 ilustram, respectivamente, a várzea do rio Toropi e uma área na localidade de Grama, interior do município, onde a paisagem é bastante acidentada e predominam as pequenas propriedades rurais.

Figura 3- Várzea do Rio Toropi após término da safra 2015/2016

Fonte: Arquivo pessoal, HARTMANN (2016).

Figura 4- Imagem da região de serra, localidade de Grama, Mata - RS

Fonte: Arquivo pessoal, HARTMANN (2016).

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudar as sociedades humanas, desvinculando-as das variáveis ambientais parece tornar infrutífero quaisquer esforços que visem compreender a sua evolução no espaço e no tempo. Neste sentido, DRUMMOND (1991) discorre acerca de uma disciplina acadêmica denominada História Ambiental, como sendo capaz de interligar esses dois pontos que são, a bem da verdade, indissociáveis. Em seu texto, Drummond aborda aspectos gerais da História Ambiental e faz uma reflexão sobre a sua relevância como campo de trabalho para historiadores brasileiros (e não somente estes, diga-se), ao comentar que a História Ambiental é dotada de significância a partir, exatamente, do *fator tempo*, como sendo este uma construção cultural consciente e que move as sociedades. O tempo deve ser considerado o fio condutor na exploração das mudanças e continuidades do objeto de estudo,

determinando fatos e até conceitos. Seguindo o pensamento de Drummond (1991), foi através das mudanças sociais que ocorreram ao longo do tempo que os movimentos ambientalistas surgiram, em resposta às crises ambientais, desafiando as ciências sociais e as ciências naturais a adentrarem, assim, uma no campo de estudo da outra. Não por acaso, porém, foram os cientistas naturais que buscaram, de início, um entendimento ecológico das sociedades e das culturas humanas. Drummond (1991) ainda cita Paul Ehrlich (biólogo), Garrett Hardin (biólogo), Rachel Carson (bióloga), E. F Schumacher (engenheiro), Amothy Lovins (físico), atuantes nos EUA e na Inglaterra desde fins da década de 1950; no Brasil, José Lutzemberger, ambientalista militante na década de 1970, como exemplos da investida das ciências naturais na área dos estudos acerca da relação homem e natureza.

Por seu turno, OLIVEIRA; MONTEZUMA (2010), afirmam que as investigações histórico-ecológicas, particularmente aquelas ligadas à Geografia Física e à História Ambiental, formulam hipóteses que podem ser impossíveis de serem provadas ou de serem verificadas experimentalmente. Não obstante, segundo os autores, este obstáculo metodológico, se dá, justamente, quando se tenta decifrar os sistemas ambientais sem tomar em conta a participação humana e quais as implicações que esta participação poderia trazer para a compreensão de uma boa parte dos padrões geográficos e ecológicos observados nos ecossistemas. Não se pode prescindir de pensar que a História Ambiental tem muito a contribuir, a partir do momento que coloca como premissa que a paisagem agora considerada “natural” pode se tratar, na verdade, de um sistema manejado durante muito tempo, por outras populações que ocuparam um determinado território. É exequível o exercício de comprovação da atuação do homem no ambiente como agente modificador, muito antes da revolução agrícola. O homem afeta o meio em que vive, como é afetado por ele, há milênios, desde os caçadores coletores, desde a agricultora nômade, responsável pela seleção de espécies para cultivo. O uso de recursos florestais por grandes empreendimentos históricos no Brasil, onde a quase total destruição da Mata Atlântica desde a chegada dos colonizadores é um dos objetos de estudo dos historiadores ambientais brasileiros, e cujos recursos florestais foram usados no abastecimento dos engenhos de cana do século XII, fornecendo lenha para as fornalhas, para instalação de cercas, madeiramentos das construções, fabrico e manutenção dos carros de bois, construção de caixas para exportação do

açúcar. Tudo isso causando grande pressão sobre a Mata Atlântica (OLIVEIRA; MONTEZUMA, 2010). Tais características podem, e são, facilmente encontradas no local de estudo selecionado neste trabalho.

O oposto também é verdadeiro, a História Ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais. As sociedades sempre estiveram à mercê do clima, das condições de solo, da existência de água, da topografia. No caso do Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus travaram uma luta contra a floresta para que pudessem se estabelecer, deixando marcas em si e na paisagem (WORSTER, [1988] 1991)[4]. Assim, o autor ensina que a História Ambiental é parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história, mais aberta para o mundo natural, entendendo que existe uma íntima ligação entre homem e meio. Segundo suas palavras:

> A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, irias, pôr desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes. A idéia de uma História Ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento. Muito tempo depois que o interesse popular pelos temas ambientais chegou ao máximo e começou a decair, conforme as questões se tornavam cada vez mais complicadas, sem soluções fáceis, o interesse acadêmico continuou a crescer e a assumir urna sofisticação cada vez maior. A História Ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar

[4] Nota: Este texto foi traduzido por José Augusto Drummond do original "Doing environmental history", extraído de Donald Worster, ed., The ends of the Earth - perspectives on modern environmental history (Cambridge, Cambridge University Press, 1988),p.289-307. Pubicado em Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215, disponível em http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Para%20fazer%20hist%F3ria%20ambiental.pdf

> o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, [1988] 1991, p. 199-200).

Esta situação prática pode ser observada no município de Mata, cuja história também foi marcada pela chegada dos imigrantes europeus.

Delineada por essas premissas, de acordo com PÁDUA (2010) a “História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970”. Pádua (2010) indica, em seu texto, que alguns historiadores ambientais, no contexto dado pelos anos de 1970, estavam embebidos nos fatores sociológicos que deram origem aos movimentos populares pró ambiente. Esse clamor atingiu o campo da historiografia e nele encontrou eco para as suas reivindicações.

No Brasil, a História Ambiental vai aparecer como área de estudo somente na década de 1980, e principalmente, a partir de 1990, período no qual o Professor José Augusto Pádua publica “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”. Destaca-se, ainda, a publicação do livro do historiador ambiental Warren Dean, “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, [1995] 1996. Ambos os livros tratam da história natural do Brasil, sob o ponto de vista das relações entre a sociedade e o ambiente, elencando os resultados dessa interação. Mais recentemente, verifica-se a publicação do livro “História Ambiental do Rio Grande do Sul”, (2014), organizado pela historiadora Elenita Malta Pereira, surgindo como a primeira coletânea de História Ambiental do Estado.

O trabalho do historiador norte americano Warren Dean lança questionamentos acerca da apropriação e do uso da Mata Atlântica, onde a relação do homem com o espaço natural que ocupa, neste caso, a floresta, intriga, exatamente como expresso a seguir:

> Existe algo a aprender com as transformações que se operaram nesse grande platô durante 10 mil anos de ocupação humana? Por que não tentar escrever a história de uma floresta, de um domínio ameaçado da natureza, cujo desaparecimento, em sua maior parte, ocorreu em uma época histórica? Será possível uma história da floresta? Talvez não. A história

> tradicionalmente trata de ambições, satisfações e frustrações humanas. Como pode haver uma relato da "história" de outras espécies quando, devemos supor, suas ações careciam de qualquer outra intenção além de procriar e sobreviver? Seria mais cômodo afirmar que outras espécies nessa planície sombria não podem desempenhar qualquer papel no teatro da história humana salvo o de cenário, mesmo quando a peça é sobre a eliminação do cenário. A natureza, ainda quando a ambição humana se volta contra ela, continua a ser um objeto. (DEAN, 1996, p. 22)

Para SOUZA (2011), em sua análise do livro "A ferro e fogo", trata-se de um dos mais bem acabados trabalhos em História Ambiental, já que articula os três níveis de perguntas que, aos olhos de Donald Worster[5], são centrais para a pesquisa dentro desta especialidade, a saber: a) as formas de organização e funcionamento da "natureza propriamente dita", em tempos passados, em seus aspectos orgânicos e inorgânicos; b) o papel ativo do ambiente nos processos sociais e econômicos das sociedades ao longo do tempo; c) os significados inferidos pelas sociedades ao ambiente e como essas percepções afetaram suas relações com a natureza. Desta análise, é possível verificar que DEAN (1996) não percebe a floresta como mero cenário ou repositório de recursos para uso humano, ao contrário, o autor enxerga a floresta (ou o ambiente) como elemento que dá dinamismo à história humana, impondo limites, e, assim, moldando o comportamento da sociedade que, desde a chegada dos europeus, optaram por avançar sobre ela.

A apropriação e o uso da Mata Atlântica está relacionada com o uso do solo, ora em termos de urbanização, ora em termos de avanço da fronteira agrícola, neste sentido COSTA; WIZNIEWSKY (2010) observam que a interpretação dos impactos socioambientais do modelo agrícola adotado no Brasil, baseado no cultivo de grandes áreas e nas monoculturas são capazes de revelar a existência de uma necessidade de reflexão sobre os "insustentáveis, imprudentes e imediatistas modelos agrícolas que foram praticados ao longo da história rural brasileira". Este exercício, para Costa e Wizniewsky (2010) pode levar, inclusive, a se pensar em modelos alternativos de produção agropecuária, entre eles, a agroecologia. Ou seja a proposta de interpretação da História Ambiental agrária está dada como uma opção válida na interpretação da forma de exploração dos agroecossistema que se tem visto desenvolver, inclusive no município de Mata.

[5] Nota: Ph.D. Yale, 1971; B.A., University of Kansas, 1963. Environmental history of North America and the world; U.S. West; U.S. history in the 19th and 20 centuries; history of agriculture; history of science and technology; comparative history. Fonte: https://history.ku.edu/donald-e-worster

Assim é que adotou-se a postura de observar o cenário da várzea, dos morros, da cidade de Mata, até que fosse possível levar em conta as histórias dos homens e das mulheres, cujas ações moldaram a paisagem, mas que, inevitavelmente, também foram influenciados pelas condições impostas pelo solo, pelo clima, pela vegetação.

Derivado do exposto, e compreendendo que a questão ambiental pode ser considerada como domínio da análise sociológica, se mostrou necessário compreender como que se dá essa inserção do ambiental na esfera social. Mais especificamente, como a questão ambiental é construída socialmente, através dos fatos históricos que desencadeiam as necessidades, os debates, os conflitos nesta esfera.

Relacionado a isto, FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA (2014) afirmam que:

> É de apenas algumas poucas décadas para o presente que o ambiente tem sido construído como objeto epistêmico, e identificado como tema concernente às pesquisas em ciências sociais e particularmente na sociologia. Pressupõe-se que seu surgimento como campo de estudos desta disciplina está vinculado a um processo de demanda por análises teóricas capazes de articular o social e o natural, podendo-se identificar na constituição daquela que se convencionou chamar de *sociologia ambiental* um de seus primeiros acolhimentos. Contudo, pouco a pouco distintas áreas da sociologia começaram a incorporar temáticas ambientais em suas problematizações, compondo um amplo leque de interpretações sobre as interfaces entre sociologia e ambiente. (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 35-36)

Neste caso, como já se demonstrou no aparecimento e desenvolvimento da História Ambiental, foram os debates públicos sobre a crise ambiental, iniciadas nos anos de 1970, que delinearam os contornos de uma incipiente sociologia ambiental. FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA (2014) discorrem acerca do resgate da materialidade junto às análises sociológicas, e que este resgate está na raiz da sociologia ambiental, ou seja, a constatação de que sociedade e natureza devem ser analisadas de forma interligada. No entanto, esta abordagem ainda parecia insuficiente para dar conta da complexidade envolvida em se tentar explicar como a questão ambiental é tomada pela sociedade. Assim, aos poucos, a abordagem construcionista da questão ambiental tomou o lugar nas análises sociológicas, tendo como seu principal objeto de estudo o aspecto eminentemente social dos problemas e questões ambientais. O que equivale a dizer que o objeto de estudo, agora, está relacionado em como o ambiente é percebido e construído socialmente como um

problema ou questão pública. Dentre as formulações desta corrente, uma das mais influentes é a síntese construcionista elaborada pelo canadense John A. Hannigan, cujas análises dizem respeito ao modelo relacional-cognitivo que analisa o processo coletivo de construção de significados comuns que emprestam um sentido às relações dos indivíduos e que consideram como principal caráter de uma análise construcionista a preocupação com a forma pela qual as pessoas determinam o significado do seu mundo, e, portanto, no que diz respeito à questão ambiental, sua análise consiste em demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado (*ibidem).*

Obviamente que interpretar a forma como as pessoas determinam o significado de seu mundo, dando a questão ambiental mais ou menos atenção, não deve ser uma tarefa das mais fáceis. Nesta direção, GERHARDT; ALMEIDA (2005) mostram que a dificuldade reside no fato de não tratar-se de uma interpretação ao nível do indivíduo, apenas. As questões ambientais e suas interpretações envolvem intensas modificações socioculturais e econômico-produtivas que, se, por vezes, podem aparecer com um caráter de ineditismo, todavia, podem, também, aparecer como consequência lógica decorrente dos processos de desenvolvimento da sociedade. E mais, podem aparecer como reveladoras de um caráter intrinsecamente degradador da espécie humana em relação aos demais elementos não-humanos. Dito isto e seguindo a linha dos autores, se depreende que a construção social das questões ambientais passam pelas diferentes formas de organização social, sofrendo interferência das ações governamentais, do mercado, da cultura, da história de quaisquer organizações societárias que estejam como objeto de estudo.

Trazendo a questão para uma análise do espaço rural, como é o caso desta dissertação, BRANDENGURG (2005) enfatiza que a discussão acerca da questão ambiental vai emergir, no Brasil, após a implementação da modernização conservadora da agricultura (Revolução Verde), derivada das consequências sociais e ambientais que este modelo de produção agrícola vai acabar demonstrando ao longo de tempo, e até a atualidade. No entanto, de acordo com o autor, a preocupação inicialmente recai sobre as consequências ligadas à expulsão de pequenos produtores rurais que não se adaptaram ao novo modelo de produção. O êxodo rural aparece como questão proeminente nestes debates iniciais. Assim, uma

das poucas organizações que surge no campo e que se manifesta claramente questionando o uso indiscriminado de agroquímicos foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), liderada por José Lutzemberg, no Rio Grande do Sul.

Nas primeiras décadas após a implementação da modernização agrícola, os agricultores alijados do processo começaram a se organizar, no sentido de questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas. O movimento almejava a construção de uma agricultura tida como "alternativa" ao modelo hegemônico, visando, entre outros, resgatar práticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo vigente. Percebe-se que a questão ambiental, relacionada aos impactos negativos do modelo de produção não aparecem diretamente neste movimento, mas viriam a tomar o discurso nos anos seguintes, principalmente a partir da edição da ECO 92[6] (*ibidem).*

E, considerando a questão ambiental como uma construção social que se dá ao longo do tempo e seguindo a linha condutora das mudanças sociais, segue-se o idealizado por BACCHIEGGA, (2012):

> Liderados pelos textos dos pesquisadores J. Hannigan (2009) e S. Yarley (1996), este enfoque teórico reveste a questão ambiental de um caráter social pouco discutido nas outras correntes. Sem negar a obviedade da existência dos impactos ambientais, no enfoque construtivista questiona-se a quem ou que grupos a degradação ambiental afeta. Parte-se do princípio de que o discurso ambiental pode ser socialmente construído. Dito de outra forma, existiria um arcabouço ligando grupos de pressão, disputas de poder, novas centralidades que seriam responsáveis pela criação ou valorização de temáticas ambientais. Ou seja, esse enfoque nos mostra como um problema ambiental pode ser socialmente construído, enquanto outros podem ser minimizados, não pela sua pouca influência ou impacto, mas sim por não agradar grupos de pressão em especifico ou tem a interferência de outros poderosos grupos que contestem o impacto explorado pela ciência. Por exemplo, é de propaganda global as queimadas na Amazônia em contraponto que muito menos divulgado, porém também muito sério, são as secas na região da África Subsaariana. Os construtivistas argumentam que por trás do debate público sobre o meio biofísico existe um imenso jogo de poder, em que a influência e um capital generoso estariam envolvidos, movimentando os argumentos para um lado ou para o outro, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros, usando argumentos muitas vezes emocionais para mobilizar a opinião pública, onde termos como "destruição dos mares", "destruição das florestas" e outras metáforas militares são

[6] Nota: A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Disponível em http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx

> utilizadas para se esquivar das difíceis e, muitas vezes, frias explicações científicas. (BACCHIEGGA, 2012. p. 6)

Resta claro que existe um jogo de poder operando na determinação sobre quais problemática (ambientais, entre elas) a sociedade vai se debruçar com mais interesse e, desta forma, vai chegar a lutar pela sua resolução. Ainda que, preliminarmente, este processo pareça demarcado pela tomada de consciência acerca dos impactos negativos da ação humana sobre o meio, e que estes impactos sejam, marcadamente, globais, a análise precisa avançar sobre a forma como esses impactos tem sido tratados, uma vez que, a despeito de sua relevância ou magnitude, não são percebidos da mesma forma, em diferentes organizações societárias.

Visando entender como se dá esse processo de "escolha", buscou-se no aporte dado por YEARLEY (apud Hannigan, 1997), a explicação para que, entre outras coisas, a notoriedade dada para uma determinada questão ambiental é diferenciada. Segundo suas anotações, a notabilidade de uma dada questão ambiental vai ser configurada pela presença de agentes de difusão, que constituem-se em grupos organizados (formalmente ou não) cujo objetivo é organizar ações públicas, entre debates e mobilização. Dito de outra forma, não basta o problema existir em si. Mais que isso, o problema precisa ser sentido, vivido e repercutido. HANNIGAN (1997) postula sobre a teoria da "disseminação gradual" do movimento ambientalista, por setores da sociedade e do Estado. Esta interpretação se ampara em uma perspectiva cognitiva: apresenta o ambientalismo como espécie de "ideia-força", cuja difusão dependeria do empenho de um grupo especial de atores em favor da conscientização dos demais. Além da ação deste grupo mobilizador, para que um problema ambiental ganhe relevância junto ao grupo social, alguns princípios básicos devem ser observados: validação de uma autoridade científica; existência de um grupo mobilizador; atenção da mídia; simbologia do problema; incentivos econômicos para a ação positiva e recrutamento de um patrocinador institucional (garantia de legitimidade e continuidade).

É possível afirmar, logo, que para um problema ambiental ter a atenção de um grupo social (uma comunidade, por exemplo) precisará, antes de tudo, da atenção de um grupo bem definido e identificável. Este mesmo grupo deverá ter força e notoriedade nas suas aparições e eloquência em seus discursos, a fim de "convencer" a sociedade de que aquele problema é realmente nocivo para a

qualidade de vida da comunidade e merece receber atenção. O grupo mobilizador deverá, por sua vez, levantar fatos básicos que moldarão o discurso da criação das exigências (exemplo: se a questão é o impacto negativo do uso de agrotóxicos na agricultura, deverá apresentar fatos e números- derivados de pesquisas científicas- que comprovem esses efeitos). Ainda como estratégia deverá valer-se de histórias verdadeiras, que expressem esses perigos e que tornem mais fácil para o público identificar-se com os afetados diretamente pelo problema, despertando um sentimento de empatia. Por fim, o grupo problematizador deverá apresentar as garantias ou justificativas para que ações sejam tomadas. Essas garantias vão desde a apresentação das vítimas ou ligações dessas exigências (problemas) com o tolhimento de liberdades e direitos básicos. Definidas as ações, a próxima etapa seria o resultado das ações, culminando, quem sabe, na criação de políticas públicas ou instrumentos legais para erradicação do problema (HANNIGAN, 1997).

A constituição sócio-histórica de Mata, marcada pelas alterações na paisagem e o modo como se desenvolveu sua comunidade, dão vazão aos estudos que depuram a questão ambiental, neste caso pautados pelos conceitos extraídos dos campos de estudo da História Ambiental e do Construcionismo social das questões ambientais, que vão servir de guia nas análises aqui empreendidas.

2 APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE MATA - RS

Este capítulo foi construído no intuito de empreender uma análise dos acontecimentos históricos, cuja contribuição foram determinantes para a alteração da paisagem. Nesse sentido, MARTINEZ (2006) afirma que explicar os fenômenos sociais torna-se mais fácil quando percebidos os acontecimentos em uma perspectiva temporal extensa. Mais ainda, o pesquisador deve atentar para as mudanças e as permanências nas formas como as sociedades recorrem aos recursos naturais, como forma de suprir suas necessidades (biológicas e sociais). O recurso da História Ambiental, como elemento de coleta e análise de dados, neste caso, é sintomático desta necessidade.

Seguindo os ensinamentos de Martinez (2006), ao recorrer-se à história do município, em um espectro temporal mais amplo, foi possível definir quais fenômenos de longa duração se fizeram sentir através de transformações das estruturas e relações sociais: i) a disputa pela apropriação do Rio Grande do Sul entre portugueses e espanhóis, entre os séculos XVII e XVIII, somada a questão indígena; ii) a adoção do sistema sesmarial e a expansão da pecuária como marcos da formação da estrutura fundiária; iii) a colonização europeia; iiii) modernização da agricultura. Em comum, todas essas etapas, demonstram a exploração e o uso dos recursos naturais, sobretudo a conversão do solo para uso alternativo, o que se deu com a retirada da floresta.

2.1 UMA BREVE FALA SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA

Segundo (MALFATTI; MALFATTI, 2006), o território que hoje constitui o município de Mata, no RS, foi habitado por índios da tradição Umbu, Humaitá e Tupi-Guarani, cujos vestígios encontrados comprovam a sua presença nessas terras, das quais citam-se e podem ser encontradas no acervo do Museu Municipal Daniel Cargnin[7]: urnas funerárias, machados polidos e lascados, pedaços de panelas, entre outros itens. Podem ser encontrados no território, também, marcas rupestres[8], como

[7] Nota:O Museu Padre Daniel Cargnin esta localizado na Rua do Comércio, 825, na cidade de Mata, Rio Grande do Sul, Brasil. Recebeu este nome em homenagem ao Paleontólogo Daniel Cargnin, que coletou mais de 80 por cento dos fósseis da região de Mata. Fonte: http://legislativoMata.com.br/visualizar_conteudo.php?id=58

[8] No município de Mata existem abrigos com gravuras, próximos 70 Km da Pedra Grande e dos demais sítios pesquisados por Brochado e Schmitz. A partir de 1994, Lima analisou essas gravuras e

parte do registro histórico da presença desses povos indígenas. Ainda segundo Malfatti; Malfatti (2006), os indígenas que viveram na região pertenceram, em dado momento, à Redução de São José, fundada em 1632 por Jesuítas Espanhóis. O aldeamento dera-se entre os Toropi, Jaguari e Ibicuí, e que deixou de existir por volta de 1640. Na região circunvizinha à comunidade, os indígenas cultivavam lavouras para o sustento da população, já promovendo alterações na paisagem natural dos campos sulinos.

Tratando-se da herança indígena e apropriação do território do Rio Grande do Sul, COSTA, (1988), faz os seguintes apontamentos:

> A disputa pela apropriação do espaço no Extremo-Sul entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séc. XVII e XVIII, é bem evidente no avanço e recuo das missões jesuíticas na alta bacia do Rio Uruguai, onde estas implantaram-se como verdadeiro "quisto" entre os territórios controlados pelas duas coroas. Aos poucos a luta se expandiu para as áreas do Pampa, "terras de ninguém", rumo ao estratégico estuário do Prata, verdadeira sentinela geopolítica onde, ainda em 1680, fora estabelecida pelos portugueses a colônia de Sacramento, palco de acirradas lutas com os espanhóis. Apesar de terem se expandido por todo espaço conhecido hoje como Campanha gaúcha, de Bagé a Rio Pardo, de São Vicente a São Borja, as missões jesuíticas do séc. XVII foram devastadas com a caça ao índio promovida pelos bandeirantes paulistas e abandonadas em definitivo com a expulsão dos jesuítas dos territórios luso-castelhanos na metade do séc. XVIII. Apenas em 1801, a região noroeste do atual Rio Grande do Sul seria definitivamente incorporada. (COSTA, 1988, p. 31)

> A propósito da herança indígena, é importante lembrar que mesmo nas sociedades primitivas já se delineava uma visão territorial do trabalho, intimamente relacionada ao meio natural: enquanto nas áreas de Mata ao norte e centro do atual estado as etnias gê (guaianás e caingangues) e tape (depois guaranizados) praticavam a agricultura, na atual faixa fronteiriça, de Rio Grande a São Borja, dominava a caça pelos cavaleiros da nação chaná (minuanos e charruas). É bastante provável que tenha raízes aí o mito, ainda hoje pregado por alguns estancieiros, de que somente as áreas de Mata seriam favoráveis ao uso agrícola do solo. (*Ibid.* p. 32)

No entanto, em sucessivos ataques às missões Jesuíticas, em 1801 obteve-se a total destruição das mesmas e, após a expulsão dos Jesuítas, parte da região onde se localiza o município de Mata, passou a ser ocupada por estancieiros luso-brasileiros.

Quase nada acerca da herança indígena aparece nas pesquisas, relativamente ao local de estudo. Parece correto afirmar, no entanto, que a sua

---

verificou grande semelhança na forma e na técnica das mesmas. Essa Arte Rupestre no Rio Grande do Sul é conhecida como "Tradição Meridional". Fonte: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0937_1199_01.pdf

presença neste território deu início às alterações na paisagem, contando-se que estas populações cultivam lavouras e criavam gado.

2.2 A SAGA DOS SILVA PEREIRA: A OCUPAÇÃO DAS TERRAS ÀS MARGENS DO RIO TOROPI

Os eventos ocorridos no Brasil, desde a chegada dos Portugueses, são definitivos no que tange o redesenho das paisagens, da cultura e organização social, por meio da ocupação do território. Logo, esses eventos também devem ser considerados para remontar a História Ambiental do local de estudo. E é assim que encontramos no casal Silva Pereira e na trajetória de sua vasta descendência alguns dos pontos sobre os quais a história de Mata se desenrola até chegar ao século XXI, carregando consigo as marcas do trabalho desses homens e mulheres. Para tanto, valemo-nos, fundamentalmente, das escritas de UBERTI (2011)[9], e de fontes orais que trazem narrativas dos tempos já passados, por entre as lembranças de descendentes dos Silva Pereira, também pela contribuição dada pelo Diretor-Proprietário do Museu Fragmentos do Tempo[10].

Os membros da família Silva Pereira são considerados como os agentes fundadores da Estância São Rafael, uma das primeiras propriedades formadas no Vale do Jaguari[11] após a conquista do espaço missioneiro pelos portugueses. São Rafael - a Estância, deu origem a localidade de mesmo nome, onde se localiza boa parte da várzea do Rio Toropi, em Mata - RS, e onde são cultivados grande parte dos arrozais.

Logo, percebeu-se que a figura genérica do Estancieiro possuía relevância para esse estudo, haja vista tenham sido as ações do casal Silva Pereira, os

---

[9] Nota: Uberti, Hermes Gilber, “A benção que se pede e a benção que se dá: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira / Hermes Gilber Uberti ; orientação Paulo Roberto Staudt Moreira. – São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. 220 f. : il. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa Pós-graduação, Programa de Pós- graduação em História, 2011.

[10] O Museu Fragmentos do Tempo, de natureza privada, pertence à 5ª Região Museológica, localizado no Município da Mata, encontra-se aberto para visitação e o ingresso é pago. Sua tipologia é história. Contatos: São José do Louro, Zona Rural, 1º Distrito, CEP: 97410-000. Fonte: http://mapa.cultura.rs.gov.br/espaco/id:656/

[11] Dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE)/RS, indicam que o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Jaguari conta com População Total (2014) 117.473 habitantes em uma Área (2015) de 11.254,1 km², sendo membros participantes os municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

motivadores para que a ocupação do solo em Mata - RS tivesse início de forma definitiva. Esse agente social, o Estancieiro, foi examinado por autores como PICCIN (2012), que em suas análises, deu atenção às estratégias de reprodução social do grupo, formado por grandes proprietários fundiários criadores de gado do Rio Grande do Sul, cujos domínios se convencionou chamar de Estâncias. As histórias desses agentes estão intimamente ligadas a ocupação do território gaúcho, e relativamente a isso, o autor afirma:

> O Rio Grande do Sul possui uma história contemporânea de ocupação do território marcada pelo estabelecimento de grandes propriedades fundiárias de criação de gado em suas áreas de campos, sobretudo na parte mais ao sul do estado, e de colônias de imigrantes pequenos proprietários nas áreas de florestas, sobretudo ao norte. Região disputada com a Espanha até o início do século XIX, tanto a expansão das grandes propriedades, quanto as colônias de pequenos proprietários não se processaram em território despovoado. No primeiro caso, determinou tanto que os povos indígenas fossem exterminados, repelidos para as áreas de Matas ou, em parte, assimilados, quanto que as disputas por terra colocassem os pequenos posseiros ou proprietários na estrita dependência da grande proprietária fundiária. No segundo caso, os pequenos posseiros, que haviam conquistado a terra das populações indígenas, foram, no mais das vezes, aí considerados intrusos e expulsos para a implantação das colônias, ajustando-se em áreas de terra desprezadas ou caindo na dependência dos grandes proprietários criadores de gado. (PICCIN, 2012, p. 21)

A trajetória dos personagens, contada por UBERTI (2011), tem início e está ligada à uma prática adotada no Brasil, a partir de 1530. A prática referenciada foi denominada como sistema sesmarial, com o qual a Coroa portuguesa pretendeu incentivar a colonização de territórios inexplorados em sua colônia. Dentro do contexto da ampliação de fronteiras, o processo de concessão de sesmarias[12] foi importante, uma vez que promoveu a salvaguarda dos territórios portugueses diante de possíveis investidas castelhanas. Como foi mencionado, a saga dos Silva Pereira teve início, portanto, quando o Alferes[13] José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, se estabeleceram no Vale do Jaguari, em busca de bases materiais para sua sobrevivência. Ambos Catarinenses, casaram-se a 07 de fevereiro de 1819 junto à matriz Madre de Deus em Porto Alegre. Pouco tempo depois, o casal entrou com um requerimento junto ao governo provincial, solicitando um rincão de terras

[12] Concessão de sesmarias: Transcorridos 155 anos da codificação da Lei das Sesmarias, esse instituto jurídico português foi transplantado para o Brasil, em 1530, através da carta de poderes concedida a Martim Afonso de Sousa, quando enviado às terras da América portuguesa no comando de uma expedição colonizadora. Assim, a coroa pretendia utilizar as sesmarias para incentivar a colonização do território, ainda inexplorado. Fonte: http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial

[13] Antigo posto militar, equivalente ao atual de segundo-tenente. Fonte: http://www.dicio.com.br/alferes/

devolutas na província de Missões. Ainda segundo as pesquisas de UBERTI (2011), em 1821 o casal fora agraciado com a sesmaria que havia solicitado, sendo a propriedade localizada na margem do rio Toropi, possuindo uma légua de frente por três léguas de comprido. E em 1824 os registros já apontavam o casal como moradores efetivos do Vale do Jaguari e, nos anos seguintes, com moradia consolidada, a família aumentou com a chegada dos filhos. O último dos sete filhos do casal, Randolpho, vai ter papel importante no desenvolvimento do município.

Após o estabelecimento no Vale do Jaguari, o casal José e Francisca passou a adquirir novas propriedades na vizinhança, com destaque para o campo na costa do Rio Toropi, propriedade essa que, finalmente, deu origem a Estância São Rafael, área pertencente ao atual município de Mata – RS. A família optou por estabelecer moradia na Estância São Rafael, que veio a se converter no principal estabelecimento produtivo da região, concentrando a maior parte do gado, além do funcionamento de uma atafona utilizada no beneficiamento de farinha para o consumo próprio e para as famílias vizinhas e da presença de muares. Sobre a farinha, Uberti destaca que a família plantou mandioca, que era convertida em farinha para que fosse trocada por erva-mate em Palmeira das Missões. Sem contar a participação da família em negócios no mercado em Uruguaiana, que foi dinamizado após o estabelecimento da navegação à vapor no Rio Toropi.

Assim como José e Francisca, seu filho Randolpho juntamente com sua esposa, Joaquina, optam por estabelecer-se na sede de São Rafael, onde os últimos residiram até seus respectivos falecimentos. Segundo o Diretor-Proprietário do Museu Fragmentos do Tempo*,* Sr. Eron Haesbaert, Randolpho falece à 1º de março de 1914, baseando-se em seu vasto material de pesquisa (entre certidões de casamento, nascimentos e partilhas).

O Estancieiro Randolpho, ao tornar-se o proprietário das terras da atual localidade de São Rafael, dedica-se, durante toda sua vida, à criação de gado, nas áreas de coxilha, deixando até este período as terras da várzea do Rio Toropi, sem uso econômico. No entanto, a partir da data de seu falecimento e posterior partilha, a várzea começa a ser considerada, mesmo que negativamente, como mostra o depoimento do Diretor do Museu Fragmentos do Tempo:

> “O inventário deve ter levado uns dois anos, aproximadamente, até sair... Então, em 1916 sai o inventário e para a minha vó Junia (...) filha do Randolpho e da Joaquina, só tocou várzea pra ela. Naquela época várzea

> não tinha valor nenhum, era só banhado, ninguém queria. O gado se entrasse, atolava; plantar a boi de que maneira fazer? (...) todo mundo queria era coxilha. Coxilha sim era coisa boa, era campo fino pra época, né... Então o meu avô ficou desesperado e queria ir embora, e os irmãos dele queriam levar ele para Getúlio Vargas, que lá a terra era melhor, era outra coisa. Ai ele estava a fim de vender tudo, mas tinha um outro irmão da vó, que eu não lembro do nome, e gostava muito da vó e não queria que o vô fosse embora e ficou com toda a parte de várzea do vô e deu as terras onde é a chácara do Dilmar hoje. Ali era coxilha." (ERON HAESBAERT, 2016)

Sobre o montante de terras de que dispunha o Estancieiro Randolpho e a predileção pela coxilha, por parte de seus herdeiros, Haesbaert tem a dizer que:

> Eu não me lembro, eu teria que pegar o inventário do Randolpho pra ver que quantia de terra tinha, mas era em torno de 5 mil ha que ele tinha e ai, claro que dos 15 filhos que ele teve cada um pegou uma parte e tinha uns que não tinha como pegar coxilha, como a minha vó Junia não pegou. Ela pegou várzea, né. (ERON HAESBAERT, 2016)

No entanto, pelo menos um de seus filhos, que atendia pelo nome de Randolfo, em homenagem ao seu pai, demonstra interesse pelas terras da várzea do Rio Toropi, pois aceita em herança o que lhe cabe desta área. Em depoimento, a neta de Randolfo (ou Doíto como era conhecido), informa que ele e sua esposa Duçolina César da Silva (Dona Sussula), apesar de aceitar a área da várzea, continuaram com criação de gado na coxilha. Este indivíduo, porém, foi determinante para que a paisagem da várzea começasse a ser alterada, culminando nas configurações atuais. Isso somente foi possível porque Doíto optou, na época, por arrendar as terras da várzea para terceiros, oriundos de famílias que estavam chegando na região, trazidas pelo processo de imigração europeia ocorrido no Rio Grande do Sul. Da opção de Doíto em receber a várzea, tem início o processo de ocupação com arroz irrigado, que deve estar entre a década de 20, do século XX, como marco temporal do início do cultivo. Isto, considerando-se as falas dos entrevistados e alguns fatos históricos: a construção da via férrea (que deu início ao desmatamento) e chegada dos imigrantes (especialmente aqueles que acabam cultivando a várzea, através do arrendamento).

Sobre este processo, segue a fala de um entrevistado, que discorre sobre os primeiros ocupantes da várzea e o modo como trabalhavam:

> O início eles iniciaram com enxadas e semeando esse arroz com máquinas de pescoço, que chamavam, e entraram arrendando dos proprietários, do Doíto, que arrendava... já tinham começado a desmatar, por causa da rede ferroviária, e começou ai, começaram a desbravar, desmatar essa área. Ai

> houve uma transformação, o início da transformação, tirando a vegetação, transformando em várzea, transformando em áreas de plantio de arroz, que é o que tá até hoje. (AGRICULTOR J, 2016)

O mesmo agricultor (Agricultor J) comenta, também, sobre o processo de mecanização da lavoura de arroz, que aparece como um momento de ruptura, pois possibilita o avanço mais rápido sobre as terras até então não ocupadas. O impacto social também deve ter sido muito sentido, considerando a fala do entrevistado, chamado aqui de Agricultor K, que se expressa a respeito do contingente de pessoas que vivia na região, a fim de trabalhar nas lavouras, mas que, com a mecanização, aos poucos devem ter perdido seus postos de trabalho:

> Começou por volta de 60, com trator com roda de ferro, chamavam de unha de ferro, não tinham nem pneus. Eram chamados de unha de ferro e usavam pra poder fazer a terra, uma área baixa, alagada. Então, eles usavam esse tipo de trator, foi o início ali... não, mas eu estou equivocado, por que o meu pai comprou um trator, foi lá em Porto Alegre e comprou um trator, isso foi em 54 e ai já era de pneu. Então foi antes de 60, o início. Eram poucos os tratores, muito poucos nessa época. Nos anos 60 já aumentou. (AGRICULTOR J, 2016)

> "Eram pessoas que trabalhavam muito, ajudavam a comunidade e empregavam muita gente. São Rafael, nessa época era muito povoada, tinha lá gente que morava no corredor (da estrada) para trabalhar nas lavouras do arroz". (AGRICULTOR K)

Como se percebe, a família, desde os primeiros moradores, tem uma certa predileção por São Rafael, e pelas atividades econômicas que desenvolveram, bem como por seu vasto círculo social (e de seus descendentes), vão contribuir com a alteração da paisagem na várzea do Toropi, ao mesmo tempo em que dedicam-se às atividades agropecuárias que lhes provém o sustento, a reprodução social ou, ainda, a manutenção do *status* social que os Estancieiros detinham naqueles tempos.

2.3 A HISTÓRIA GANHA OUTRAS CORES E OUTRAS NOTAS: A IMIGRAÇÃO EUROPEIA

O município de Mata, assim como toda a sociedade brasileira, é fruto da convergência entre os invasores portugueses, índios, negros escravizados, e ainda, com outras populações europeias, cuja chegada foi intensificada entre os séculos XIX e XX. As correntes migratórias até o século XX, detém um aspecto que merece

registro: foi considerada positiva, tanto para o Brasil, quanto para a Europa, que vivia a segunda revolução industrial, e isso significa um grande contingente de desempregados. A Europa também passava por um período de unificação (Alemã e Italiana), depois de muitas guerras, fazendo com que grande contingente de pessoas ficassem deslocadas dentro desse novo desenho do continente. Por sua vez, no Brasil, a lei Eusébio de Queirós, dá vazão à uma crise de mão de obra, justamente quando é proibido o tráfico negreiro e dá-se a expansão cafeeira. Outro fator que estimula a vinda dos europeus são as teorias como o darwinismo social, que leva o Brasil a buscar o "embranquecimento" da população. Além de tudo isso, havia outros interesses na vinda dos europeus ao Brasil: desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, contribuindo com a criação de classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre e assalariada que desenvolveriam as cidades, o comércio e fomentariam a criação de serviços de infraestrutura (HERÉDIA, 2001)

O Rio Grande do Sul, ainda caracterizado por densas áreas florestais, começa a receber grande número de imigrantes europeus na segunda metade do século XIX, fruto do projeto político da Coroa, que visava criar uma base social de apoio aos Estancieiros. Outro detalhe que merece destaque reside no fato de, apesar do sistema sesmarial, o território do Rio Grande do Sul ainda contar com grandes extensões de terras "vazias". Essas áreas florestadas, de imediato, não despertaram o interesse do pecuarista, pela dificuldade técnica na criação do gado, o que implicaria em grande aporte de investimentos. PELEGRINI; PELLEGRINI; HILLESHEIN (2015), apontam que, a partir de 1820 tem início o projeto de colonização das áreas florestadas do Estado, com imigrantes oriundos de países como a Alemanha e a Itália. A base de apoio que esses imigrantes representavam estava, entre outros, na produção de gêneros alimentícios para consumo interno. As primeiras levas de imigrantes que aportaram no RS foram de origem alemã e se estabeleceram no vale do Rio dos Sinos, hoje município de São Leopoldo. Sobre isso RUCKERT; HARRES, (2014), dão conta que em 1824 o rio dos Sinos tornou-se o ponto de referência para a demarcação dos primeiros lotes concedidos aos imigrantes alemães no Estado. No entanto, a questão do desmatamento já se fez presente enquanto preocupação por parte do governo imperial, que em 1825 já recomendava a conservação dos "matos" às margens do rio. Segundo os autores,

essa preocupação advinha do interesse na navegação fluvial entre a colônia de São Leopoldo e Porto Alegre.

Já no final da década de 1870 foi a vez dos italianos aportarem no RS, esses estabeleceram-se nas regiões das encostas das Serras do Nordeste e Central, nesse tempo totalmente cobertas por Matas (PELEGRINI; PELLEGRINI; HILLESHEIN; 2015).

Foi assim que o ecossistema florestal foi subdividido em lotes, inicialmente doados aos imigrantes e mais tarde, com a Lei de Terras (1850), passaram a ser vendidos para os colonos. Nos primeiros anos os colonos tinham como preocupação básica a produção de alimentos para o autoconsumo, sendo que a derrubada da Mata era uma exigência, não apenas de sobrevivência, como também configurava uma obrigação diante do governo imperial, que, ao conceder os lotes aos colonos, determinava que estes tinham até seis meses para roçar e plantar, ao menos meio hectare de terras (SPONCHIADO, 1996, *apud* (PELEGRINI; PELLEGRINI; HILLESHEIN; 2015).

Relativamente ao processo de avanço dos colonos alemães para o interior da floresta subtropical, BUBLITZ (2014), aborda e discute a relação desses com o ambiente encontrado no Rio Grande do Sul, a partir das suas necessidades e das técnicas de manejo florestal que eram utilizadas naquela época. A autora destaca que no século XIX, se estendia, do centro ao norte do Estado, um vigoroso tapete verde, habitat de inúmeras espécimes nativas, que em pouco tempo de exploração, daria lugar às lavouras e outras atividades agropecuárias, transformação dada pela prática de avanço constante sobre a Mata. A paisagem, obviamente, sofreu alterações drásticas a partir dessa imersão. A expansão da fronteira agrícola colocada em prática pela colonização europeia é continuidade do que já vinha ocorrendo com a colonização luso-brasileira.

Sobre a colonização alemã no município de Mata - RS, UBERTI (2011) faz menção, em seu texto, de um certo lavrador de nome Zeferino Alves Machado. O lavrador fora contratado, segundo consta, para abrir um novo caminho na localidade de São Xavier, tendo em vista seu reconhecimento na comunidade por ter trabalhado, anteriormente, na abertura da picada que possibilitou a instalação dos colonos alemães no lugar denominado de Sertão. Esses imigrantes chegam em Mata - RS, segundo dados do município, em 1885. A abertura dessas picadas, ainda segundo consta em Uberti, está relacionada diretamente com a supressão vegetal,

bem como com a construção de pontes, o “corte” de barrancos e com “descortinamento” de árvores. Já os italianos chegam em 1920, logo após a inauguração da rede ferroviária. Não localizamos material bibliográfico que desse conta das minúcias da colonização europeia no município. Contudo, do que vimos e ouvimos, podemos concluir que, sobre a chegada dos imigrantes, a História Ambiental do município faz eco a história do Rio Grande do Sul, revelando uma intensa e íntima relação entre as questões ligadas a ocupação do meio rural e a sua História Ambiental, onde os recursos naturais são vistos como: obstáculo, recursos para uso imediato, substrato para o plantio.

Assim, a paisagem foi alterada pelo trabalho de homens e mulheres que se aventuraram em terras inóspitas e que de início se dedicaram à produção de gêneros alimentícios, mas foram alterando sua matriz produtiva ao longo do tempo, fazendo prosperar outras atividades econômicas, como as serrarias, necessárias para a instalação da infraestrutura que daria a acomodação para as famílias e continuidade das atividades econômicas que já haviam iniciado.

A paisagem tem sido objeto de trabalhos na UFSM, que cabe aqui registrar e comentar: MOTTER (2011), cujos achados indicam que os colonos eram, de toda forma, incentivados a avançar sobre as áreas de floresta. Inclusive nos meios de comunicação, ainda que restritos para a época, as atividades desses colonos eram exaltadas, quando os mesmo eram chamados de heróis e desbravadores da floresta. Os princípios e objetivos da colonização estavam claramente alicerçados no domínio da natureza, que diante da tecnologia disponível na época, fez do trabalho um verdadeiro desafio. Diante disso, o fogo entra como agente modificador da paisagem, tendo em vista a facilidade ao utilizá-lo para a abertura das roças. O legado ambiental dos imigrantes, nos estudos de Motter, dão conta de degradação dos solos, assoreamento dos recursos hídricos, diminuição da fauna local.

Por seu turno, ROOS (2013) ao reconstruir a História Ambiental do município de Agudo, RS, a partir das transformações ocorridas na paisagem, procurou compreender as motivações dos primeiros imigrantes na efetivação dessas alterações, bem como buscou a opinião dos descendentes, acerca das consequências dessas mudanças na paisagem. A autora conclui que as alterações na paisagem foram definidas, particularmente, pela cultura alemã, baseada nas técnicas de desflorestamento e queimadas, a princípio, e mais tarde, ao utilizarem-

se de técnicas mais elaboradas para a produção agrícola, visando aumento da produção, geração de renda e acúmulo de capital.

Ademais, cabe registrar que os achados de ambas as pesquisadoras dão conta de que as ações dos imigrantes foram fundamentais para as alterações nas paisagens estudadas, assim como na degradação ambiental das mesmas (ROSS, 2013; MOTTER, 2011).

Ainda com relação à intervenção dos colonos europeus, ao conceder uma entrevista para a Rede Brasileira de História Ambiental, o historiador CORREA (2016), relaciona a derrubada da Mata ciliar dos rios e o seu assoreamento, bem como relaciona as práticas de queimadas com a extinção de certas plantas, citando algumas das situações que vem ocorrendo desde a chegada do colonizador neste território. O historiador trata, em suas pesquisas, do impacto ambiental da colonização numa perspectiva histórica, considerando-se que no Brasil meridional a interiorização europeia foi tardia, ocorrendo pelos vales e tendo as florestas hidrófilas como alvo. A ferrovia, segundo ele, acelerou esse processo porque à medida que se desmatava, a madeira podia ser despachada pelos vagões. A colonização europeia no sul do Brasil foi responsável pela drástica mudança da paisagem.

2.4 A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E A INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO FÉRREA EM MATA - RS

Tomando as condições atuais da várzea e a despeito de toda a informação obtida acerca da História Ambiental do município, ainda restava um ponto que deveria ser, necessariamente, esclarecido: o papel da construção da via férrea no desenvolvimento das mudanças da paisagem. Este ponto é essencial para compreensão do que vem a suceder na várzea do Rio Toropi, desde a localidade de São Rafael até a localidade de Vila Clara. Como mencionado anteriormente, a família Silva Pereira não ocupou a várzea, pelo menos até a sua terceira geração. Depreende-se disso que a cobertura vegetal dessas terras permaneceu praticamente intocada até um determinado momento histórico. Ou seja, o que desencadeou a supressão dessa vegetação, para que posteriormente, as lavouras pudessem ser implantadas? Uma pista importante para o esclarecimento desse ponto foi dada por Eron Haesbaert e por uma das netas de Doíto, que em seus

relatos contam que a várzea do Toropi, nas localidades de São José do Louro até a Vila Clara, o desmatamento foi motivado pela necessidade de lenha que deveria ser utilizada na construção da ferrovia, a princípio e, mais tarde, deveria ser utilizada como combustível para as locomotivas, na época movidas a vapor, como segue:

> "A retirada das árvores, aqui no Louro, começa com a retirada de lenha pra vender para a rede ferroviária. Em 1919 ela foi inaugurada e em 1912 já passava por aqui. Contam-se que famílias ficavam a semana inteira em acampamentos, as lenheiras, cortando a lenha e deixavam tudo na beira dos trilhos. A partir da inauguração essa lenha era usada para a Maria Fumaça. O meu avô vendia lenha para a locomotiva. E as várzeas do outro lado limparam assim, fazendo as lenheiras, que eles chamavam. Eu me lembro que o pai teve um irmão, que era de 1911 e que lá por 1930 e alguma coisa, quando ele casou, construiu um açude aqui no nosso lajeado. Ainda tem parte do açude ali que a água ainda não levou embora, ... os dois morros ali tinham muita pedra, então ele rolava pedra ladeira abaixo (...) e ai ele represava para levar água e começou a plantar a várzea, mas já em 30 e poucos. A nossa parte de várzea foi mais ou menos nessa época que começou. No Toropi segue a mesma história." (ERON HAESBAERT)

> Nas terras que eram do meu vô Doíto a lenha foi utilizada para as máquinas de "aguar" as lavouras, eu era criança mas eu lembro de todo o mato que existia ali antes. Ele vendia essa lenha para os arrendatários poderem puxar a água para a lavoura." (NETA DE DOÍTO)

O mesmo fenômeno ocorreu às margens do Rio Toropi, em São Rafael, tendo em vista a grande demanda por material lenhoso e a proximidade da localidade com a via férrea, então demandante de material. Informações referentes à retirada da floresta ás margens do Rio Toropi, nas localidades de São Rafael, foi corroborada por vários depoimentos de agricultores, como pode ser verificado no depoimento dos Agricultores, aqui chamados simplesmente de "M" e "B"

> "... o Doíto arrendava as terras (...) e começaram a desbravar, desmatar para usar na via férrea e nas locomotivas (...) depois, para puxar água do rio. Usavam muito essa lenha pra irrigação das suas lavouras que eram tocadas com essas máquinas a vapor. Isso foi o início da transformação, tirando a vegetação, transformando em várzea, transformando em áreas de plantio, que é o que tá até hoje, né" (AGRICULTOR M)

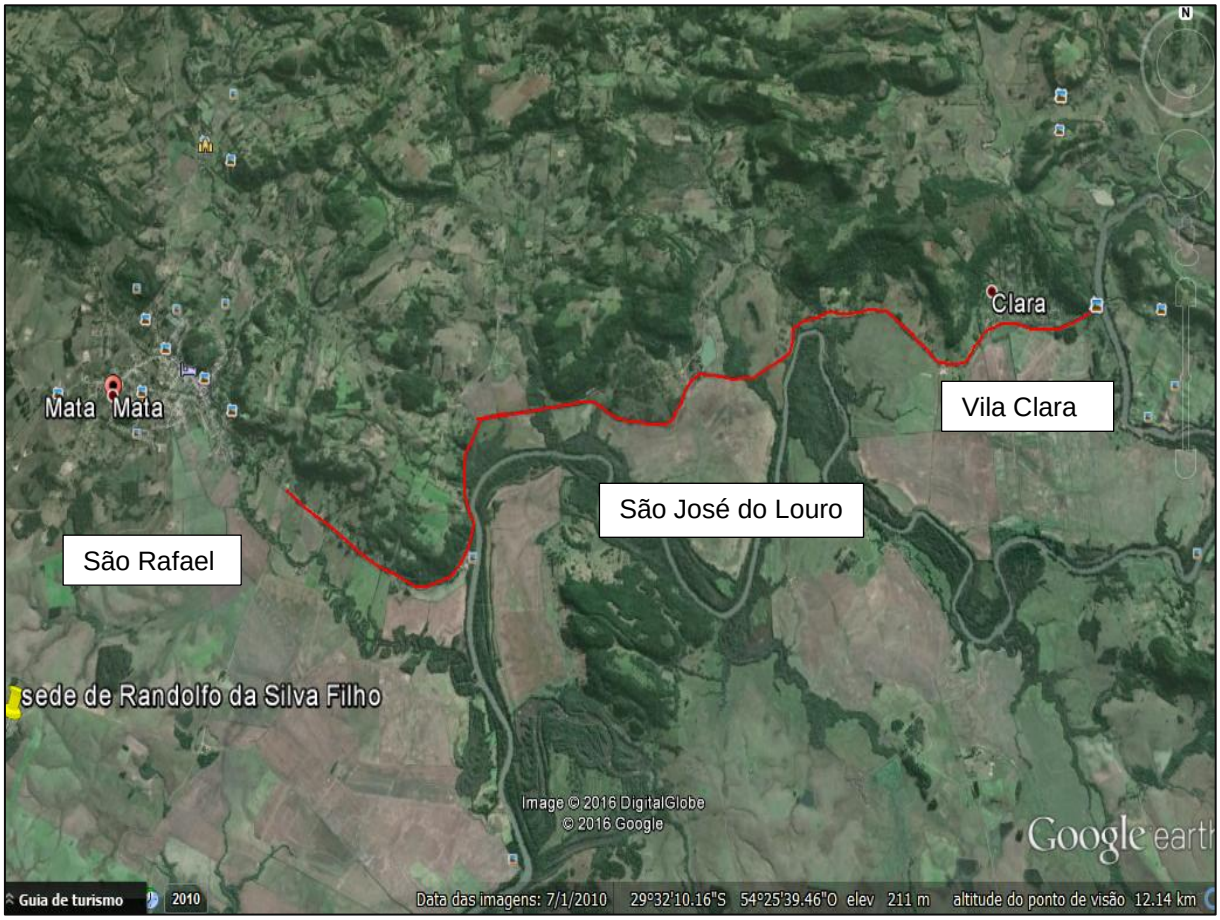
> "A madeira era utilizada, no princípio, para a linha do trem que foi construída. Depois essa lenha, que ainda tinha, foi usada para abastecer a locomotiva e a lavoura de arroz, que a máquina de puxar a água era a vapor" (AGRICULTOR B)

A Figura 5 mostra o atual traçado da via férrea que passa pelas localidades de São Rafael, São José do Louro e Vila Clara, a seguir, onde a linha vermelha

mostra o traçado da ferrovia, a imagem mostra, também, a localização da sede da antiga Estância São Rafael.

A imagem permite, ainda, verificar a forte presença da lavoura, em áreas desmatadas, inclusive à margem do Rio Toropi.

Figura 5- Traçado da viação férrea.

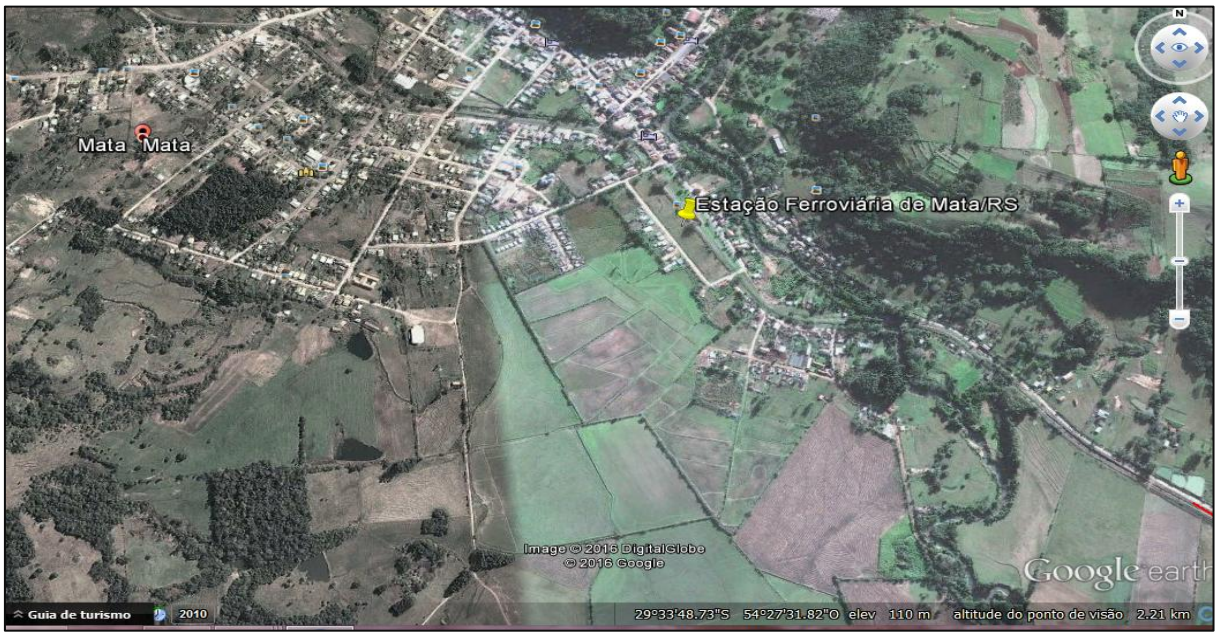


Fonte: Google Earth, acesso em julho de 2016, marcações da autora.

Ainda é necessário o registro da construção da Estação Ferroviária de Mata - RS, que foi inaugurada em 1919. Em dados do Município (2016) registra-se que na época de sua construção (da estação ferroviária), o local era caracterizado por uma Mata densa, razão pela qual os trabalhadores chamavam-na de estação da Mata, daí a razão de, mais tarde, o município ganhar este nome, aludindo à condição de floresta que detinha à época.

As Figuras 6 e 7 mostram, respectivamente, a localização geográfica da estação e imagem atual do local.

Figura 6- Localização geográfica da estação férrea de Mata - RS.



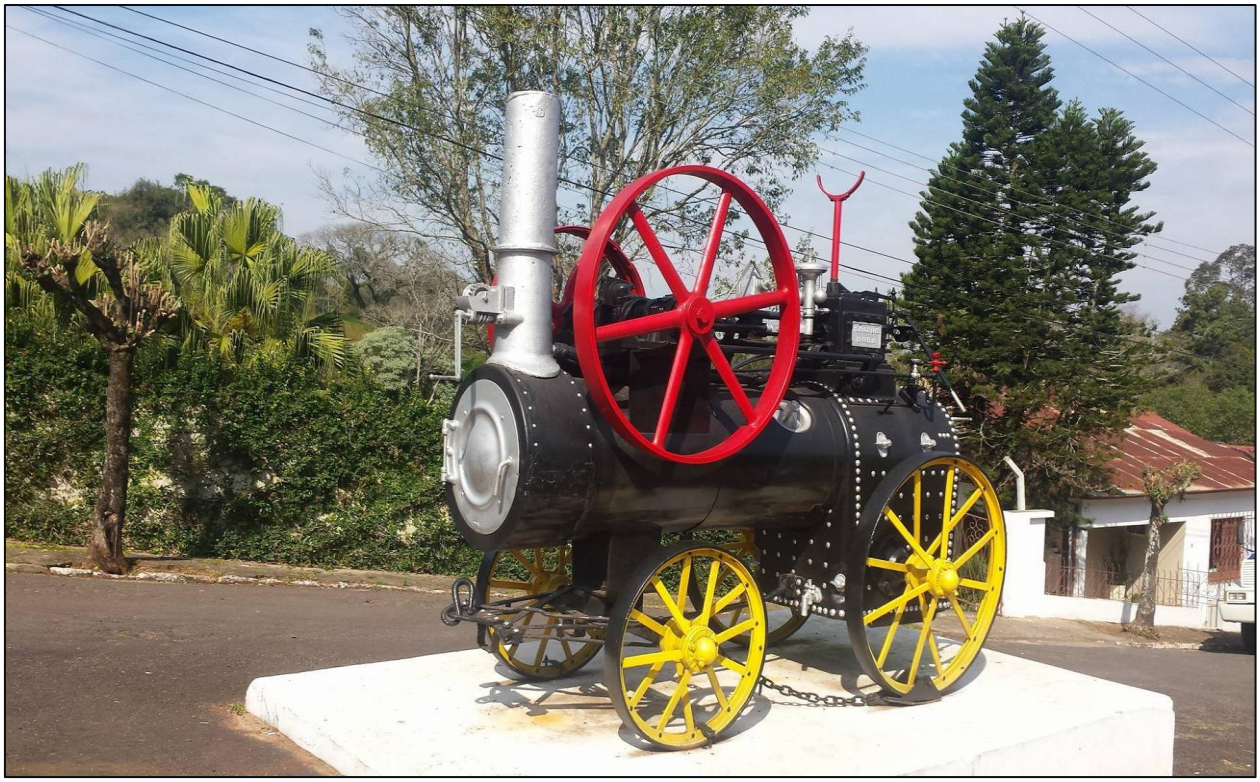
Fonte: Google Earth, acesso em julho de 2016, marcações da autora.

Figura 7- Estação ferroviária em dias atuais.

Fonte: arquivo pessoal, HARTMANN (2016).

A figura 8 ilustra uma máquina similar àquelas que foram utilizadas na irrigação da lavoura de arroz, e que era movida a vapor. Esta máquina está exposta à céu aberto, em local de destaque, junto a Igreja Matriz da Paróquia Santo Antônio, em Mata, como simbolismo do valor que a comunidade devota aos colonizadores e a atividade arrozeira, desde seus primórdios.

Figura 8- Máquina utilizada para “puxar” água do rio e irrigar a lavoura



Fonte: arquivo pessoal, HARTMANN (2016)

2.5 A MODERNIZAÇÃO DA LAVOURA ARROZERIA NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2015) trata a modernização conservadora da agricultura, ou a Revolução Verde, como o processo de industrialização que introduziu, na agricultura brasileira, o uso de um pacote tecnológico baseado no uso de sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização. Uma de suas características mais marcantes deste pacote é a alta dependência do petróleo e de insumos que não são produzidos pelo agricultor.

A despeito de quaisquer impactos negativos da modernização da agricultura, o apelo por sua adoção foi forte o suficiente para que os agricultores brasileiros aderissem às tecnologias de melhoramento genético de plantas e mecanização da lavoura, visando o aporte nos números relativos à produtividade e do lucro gerado da atividade agrícola.

Na época em que fora introduzida a modernização conservadora no Brasil, foram instituídas diversas políticas públicas para adoção do novo modelo por parte dos agricultores. Entre elas, o crédito subsidiado atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo também é considerada como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor.

ALVES; TEDESCO (2015), ao reconstituir o início da especialização produtiva agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul, com a introdução do pacote tecnológico da revolução verde, enfatiza que a região sul do Brasil foi considerado o lugar que reunia as condições climáticas, sociais e econômicas ideais para a implantação do pacote tecnológico trazido pelo processo da revolução verde. Isto por que a região sul, de clima temperado, detinha melhores condições de receber tecnologias criadas em países de clima mais frio.

Nas décadas de 1950 e 1960, as grandes agências de desenvolvimento tentaram levar o capitalismo para o interior dos continentes, carregados de um discurso que falava em melhoria da qualidade de vida para o agricultor e sobre a produção massiva de alimentos. O estado do Rio Grande do Sul, que passou a ser, para essas agências, a principal fronteira agrícola brasileira do século XX (*ibidem).*

NETO (1985), observa, quanto ao cenário nacional relativo à indústria de máquinas agrícola que o período que vai desde a II Guerra Mundial até o início de 1965 ocorreram muitas e profundas mudanças no cenário econômico brasileiro e, a partir de então, o país passou a caminhar decisivamente para etapas mais avançadas da industrialização moderna. Foram responsáveis por esse crescimento, entre outros fatores, a instalação de grandes empreendimentos, liderados principalmente pela figura do Estado (que também surge nos anos 30 como o novo e dinâmico agente econômico), como: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Álcalis, Companhia Siderúrgica Nacional. Este crescimento industrial ganhou um maior impulso no governo JK dos anos 50, com o seu "Plano de Metas" que visava compensar o atraso em relação aos países já industrializados. O estímulo dado pela figura do Estado fez com que a economia brasileira sofresse transformações estruturais decisivas para o seu futuro. Medidas oficiais como a criação da Petrobrás (1953), surgindo o monopólio estatal do petróleo e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, também contam como fatores preponderantes neste cenário de industrialização e crescimento econômico.

Os agricultores matenses, que na década de 1960 e 1970 já ocupavam a várzea com a produção de arroz, também foram alvo da campanha engendrada pelas agências de comunicação brasileiras, relativamente a necessidade de modernização da lavoura, no quesito mecanização. Alguns relatos de entrevistados descortinam esse processo, conforme demonstra a fala do agricultor, aqui denominado apenas como “D”, ao ser questionado sobre o modo de produção adotado antes dele próprio assumir a propriedade:

> Alguns produtores mais abastados começaram a usar trator na lavoura, todo mundo via que produção ia mais rápido, e não dava tanto trabalho também. Se plantava mais, mais rápido, em área que podia ir aumentando. (AGRICULTOR D)

E o discurso não parece ter sido muito alterado ao longo dos anos, considerando-se que a EMATER (2016), informa em sua página oficial, que a mecanização agrícola está presente em 120.000 propriedades agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul. As propriedades de agricultura familiar com mecanização chega a 105.000 com 125.000 tratores com menos de 100cv. E orienta o agricultor a buscar o crédito rural, tendo em vista que este instrumento, segundo a instituição,

tem oportunizado a aquisição de máquinas e equipamentos com prazos alongados, permitindo, assim, a renovação da frota e também a mecanização em pequenas propriedades. No mesmo discurso, a EMATER afirma que com a mecanização agrícola, a propriedade rural tem melhorado a qualidade de vida dos produtores e estimulado a permanência de jovens no meio rural.

A despeito de todos os impactos negativos potencialmente causados pela agricultura moderna, como a degradação dos solos provocada pela mecanização; a substituição do trabalho humano pela máquina; a competição desigual entre grandes e pequenos agricultores; contaminação por agrotóxicos e sistemas produtivos cada dia mais vulneráveis, para citar alguns, os agricultores entrevistados mostram contentamento com o modo de produção escolhido. A fala do agricultor F transmite com clareza esse posicionamento:

> A agricultura sustenta as nossas famílias, sustenta o município. A ideia é sempre produzir mais, aumentar a produtividade, adquirir. Isso traz oportunidade da gente adquirir bens pra família, né. E a gente tem apoio. A prefeitura ajuda, a EMATER ajuda, as entidades dos agricultores tão sempre ai. (AGRICULTOR F)

Assim como o depoimento do Agricultor G, demonstra o reconhecimento da agricultura para a economia, não apenas do município, mas do país:

> Porque a gente usa adubo, irriga, usa defensivo? Pra produzir sempre mais, sustentar a economia do Brasil, não é? Não é o agricultor que bota comida na mesa de todo mundo. Como isso é possível? Produzindo... (AGRICULTOR G)

Logo, fica visível que a forma de racionalização deste grupo de agricultores sofreu forte influência do discurso utilizado ainda nos anos de 1960 e que foi reinventado na atualidade. Assim, os agricultores optam por tecnologias, sobretudo quando insere no processo produtivo cultivares geneticamente modificadas e grande volume de produtos químicos, desafiando a capacidade de resiliência do meio natural onde está inserido. Neste sentido, o agricultor coloca-se como detentor de um poder que antes era admitido somente à natureza. A fala do agricultor demonstra, ainda, que ele tem pressa, que busca soluções tecnológicas para seus problemas na ordem mínima de tempo possível, visando manter o processo produtivo, ainda que sem considerar os limites impostos pelas condições naturais de solo, clima e topografia.

As Figuras 9, 10 e 11 ilustram alterações que ocorreram ao longo do tempo no município e mostram, respectivamente a construção de estradas em áreas de morro, visando o escoamento da safra de tabaco; área visada para conversão de campo nativo em lavoura de soja e vista parcial do Arroio Poraima, com assoreamento causado pela erosão das suas margens, onde foram construídas moradias há mais de 50 anos

Figura 9- Construção de estradas no interior de Mata - RS para escoamento de safra

Fonte: arquivo pessoal (HARTMANN, 2016)

Figura 10- área visada para conversão de campo nativo em lavoura de soja

Fonte: arquivo pessoal (HARTMANN, 2016)

Figura 11- Arroio Poraima com assoreamento em seu leito

Fonte: arquivo pessoal (HARTMANN, 2016)

3 A QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

O presente capítulo foi idealizado para tratar da questão ambiental em sua face jurídica, abordando, logo de início, as formas de participação que o agricultor adota para discutir seu processo produtivo. Neste ponto, ganha ênfase a participação das entidades representativas que vão determinar os espaços de atuação deste agricultor, bem como vão auxiliar como intermediário para possíveis conflitos que possam vir a emergir entre os agentes envolvidos no processo produtivo. O capítulo vai trazer para o debate a legislação ambiental, determinada pelo instrumento de gestão que é o licenciamento ambiental, decorrente das manifestações dos próprios entrevistados, cujas atividades, no caso dos arrozeiros, demandam o licenciamento ambiental. Em vista disto, o papel dos órgãos ambientais acabam como assunto pertinente a ser mencionado, bem como outras instituições, como os bancos, responsáveis pelo custeio agrícola.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE

Segundo OLIVEIRA (2013) a Constituição Federal (CF) brasileira indica que todos os cidadãos são igualmente responsáveis pela proteção do ambiente, retirando do Poder Público a exclusividade de atuação nesta seara. Assim, no afamado artigo 225, a CF consagra o Princípio da Gestão Democrática, como forma de garantir ao cidadão o direito à informação e a participação na elaboração das políticas públicas, de todas as áreas, incluindo-se as políticas voltadas para as questões ambientais. A efetivação da participação cidadã deve ser assegurada através da implementação de mecanismos judiciais, legislativos e administrativos, a qualquer tempo. Dentre os mecanismos criados no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6938/1981, está estruturada no pressuposto de que a sociedade deve participar ativamente nas decisões e nos processos administrativos que possam dizer respeito ao meio ambiente, daí classificar o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido tendo em vista o uso coletivo. Ainda, os incisos VI, VII e VIII do Art. 5º do Decreto nº 99.247 de 1.990 determinam a participação da sociedade civil, por meio de entidades de

classe, de organizações não governamentais e de movimentos sociais no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

OLIVEIRA (2013), destaca, ainda, que:

> No que diz respeito ao Poder Executivo, esse Princípio se manifesta por exemplo através da participação da sociedade civil nos Conselhos de Meio Ambiente e do controle social em relação a processos e procedimentos administrativos como o licenciamento ambiental e o estudo e relatório de impacto ambiental. No que diz respeito ao Poder Legislativo, esse Princípio se manifesta por exemplo através de iniciativas populares, plebiscitos e referendos de caráter ambiental e da realização de audiências públicas que tenham o intuito de discutir projetos de lei relacionados ao meio ambiente. No que diz respeito ao Poder Judiciário, esse Princípio se manifesta por exemplo através da possibilidade dos cidadãos individualmente, por meio de ação popular, e do Ministério Público, da organizações não governamentais, de sindicatos e de movimentos sociais de uma forma geral, por meio de ação civil pública ou de mandado de segurança coletivo, questionarem judicialmente as ações ou omissões do Poder Público ou de particulares que possam repercutir negativamente sobre o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2013)[14]

Ainda nas palavras de OLIVEIRA, a declaração do Rio, de 1992, tratou expressamente, em seu princípio 10, da participação da sociedade, através do Princípio da Responsabilidade. Neste caso, apontando que a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. A participação não se restringe, no entanto, em ter acesso às informações acerca dos projetos que pleiteiam instalação de atividades potencialmente poluidoras nas comunidades, ou acesso à informação generalizada. Deve ir além, pois deve garantir, aos cidadãos, a oportunidade de participação em processos de tomada de decisões.

Já RODRIGES (201.), ao ponderar sobre a PNMA, afirma que o texto legal é pré existente a própria Constituição, de modo que o acolhimento desta política já existente, fez com que todos os seus preceitos fossem elevados a nível

[14] Disponível em http://drdao.jusbrasil.com.br/artigos/117346993/explorando-o-principio-da-gestao-democratica-no-direito-ambiental), acesso em agosto de 2016.

Constitucional, incluindo-se ai, as formas de participação da sociedade nos processos decisórios atinentes. O objetivo geral da PNMA é, então, regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

É notável que a legislação brasileira enfatize o princípio da participação popular, ao ofertar uma série de instrumentos para que seja efetivada, o que leva a questão central deste tópico, que vai tratar dos espaços para a participação comunitária existente no município de Mata e na forma como os mesmos operam quando deparam-se com situações de disputa entre diferentes grupos.

É preciso ressaltar, conjuntamente, que o ambiente é constituído por elementos que não são passíveis de apropriação privada (ar, água). Em sendo assim, ninguém poderá ser privado do acesso a esses bens. Mas, ao mesmo tempo em que são bens de uso comum, podem ter suas características qualitativa e quantitativa alteradas pelas atividades humanas. A privação do acesso a recursos naturais de qualidade e em quantidade suficientes, pode gerar uma série de disputas, fazendo com que o Princípio da Gestão Democrática se manifeste através da intervenção comunitária, tendo em vista uma solução adequada para todos.

Das tantas formas de participação popular existentes e possíveis de serem utilizadas pela comunidade, citando-se o envolvimento nos conselhos municipais, a participação nas consultas populares e a associação nas entidades representativas, ou ainda o ativismo ambiental, e a própria internet – vamos nos concentrar na forma como ela se processa no contexto das entidades representativas, tendo como base para esta escolha os depoimentos recolhidos na pesquisa e que dão conta da predileção, por parte dos agricultores, por estas entidades, mesmo que as mesmas atuam em nível estadual, como é possível observar no depoimento abaixo:

> A gente criou classes como a associação de arrozeiros aqui na Mata, e tem a FARSUL que nos ampara, a FEDERARROZ. Essa ai tá sempre procurando amparar a gente (...) aqui tem a Associação (dos arrozeiros), mas ela tá fraca, desmotivada, o pessoal tá um pouco cansado com a atividade, então não tá conseguindo se manter. (AGRICULTOR N).

Tanto a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) como a Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (FEDERARROZ), aparecem repetidamente nas entrevistas do grupo formado pelos arrozeiros, como sendo as entidades mais importantes quando o assunto é

representatividade. Apareceu nas falas da maioria dos arrozeiros a entidade local, formada por esses mesmos agricultores, destacando-a como sem poder de barganha e, por isso mesmo, as reuniões estão cada dia mais raras. Nota-se este aspecto na fala de outro entrevistado:

> A nossa associação está bem parada, tu vê, um grupo pequeno que nem a gente é, vai fazer o quê? Que força vai ter? A gente acaba indo com a FARSUL, que o Sindicato Rural mesmo tá representado. A FEDERARROZ também briga bastante pelo arrozeiro. Briga por preço, por política pública, na negociação das dívidas, por ai vai. (AGRICULTOR J)

Diante do mérito atribuído para estas duas entidades, é válido assinalar o que cada uma representa, de acordo com suas missões institucionais e serviços prestados para a classe agricultora.

Relativamente à FARSUL, foi possível apurar que desde a fundação da entidade, a mesma assumiu um papel de luta pelo direito de propriedade num enfrentamento às invasões de terra e desapropriações infundadas, segundo palavras publicadas por ocasião dos 85 anos de criação da entidade. Agrega-se a isso, outras ações da Federação, ao longo do tempo, especialmente no sentido de solucionar o endividamento dos produtores, agilizar a liberação para uso dos agricultores de produtos oriundos da biotecnologia (especialmente cultivares de grãos) e na promoção de uma ampla revisão da legislação ambiental. A FARSUL mantém, desde 2004, a Casa Rural – Centro do Agronegócio, criada com o objetivo de centralizar e organizar as ações de toda a cadeia produtiva do setor agropecuário do Rio Grande do Sul. Os esforços têm sido concentrados na redução de custos de produção, organizando as demandas do mercado e gerando escala para seus parceiros comerciais, possibilitando a oferta de produtos e serviços com preços e condições diferenciadas, (FARSUL, 2016).

Por seu turno, a FEDERRAROZ representa 40 entidades associativas regionais e/ou municipais que congregam cerca de 18 mil produtores de arroz, de 140 municípios do Rio Grande do Sul. Segundo o histórico apresentado pela entidade em seu *website,* trata-se da mais representativa entidade de classe da orizicultura gaúcha e atua permanentemente na defesa dos interesses do setor no âmbito do Estado e, geralmente da classe arrozeira nacional. A entidade tem trabalhado nas áreas de políticas públicas para a classe arrozeira, bem como atua,

assim como a FARSUL, no âmbito das renegociações de dívidas dos produtores rurais.

No entanto, é na área ambiental que a entidade tem destacado grande esforço, em que pesem as suas ações, em conjunto com seus representantes signatários, no sentido de rever as obrigações contidas nos denominados Termos de Compromisso Ambiental – TCA's que foram firmados pelo agricultores, em decorrência do Plano Estadual de Regularização das Atividades Irrigantes – PERAI. O Plano Estadual teve como objetivo central qualificar as informações sobre os irrigantes, definindo procedimentos para recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), manejo adequado dos resíduos sólidos, entre outras ações. No que diz respeito às APPs, os agricultores deveriam (para ter a atividade de irrigação considerada regularizada perante o órgão ambiental do RS, qual seja a FEPAM), promover a recuperação, através do plantio de espécies florestais e isolamento das mesmas, num percentual de 25% ao ano, durante o período de validade da primeira licença ambiental emitida. No decorrer dos quatro anos da validade da licença ambiental, todo o limite legal das APPs deveriam estar recuperados.

Tendo em vista a publicação da Lei 12.651, em maio de 2012, que alterou as regras para a regularização ambiental e recuperação das APPs, a FEDERARROZ solicitou, junto ao órgão ambiental do Estado, a revisão dos TCAs, para todos aqueles que não haviam cumprido o compromisso firmado (FEDERARROZ, 2016).

Todavia, pelo menos para um entrevistado, arrozeiro, a presença de profissionais especializados na área ambiental e que atuam no município é suficiente para que tenham suas demandas atendidas, em que pese a prestação de serviços e em caso de dúvidas quanto a procedimentos, assim seu relato diz que:

> O motivo da gente procurar seria pela associação, mas ela tá desmotivada, ai cada produtor por si procura se resguardar dos acontecimentos e como agir sobre o meio ambiente. Mas não tem um espaço onde a gente busque auxílio. Se a gente tem dúvidas, tem profissionais habilitados ai que a gente sabe que pode recorrer a eles, porque eles sempre ajudam a resolver se a gente tem problema ou dúvida do que fazer. Mas, um espaço que a gente possa ir, não tem. (AGRICULTOR M)

Por ocasião da visita ao escritório municipal da EMATER, chamou a atenção na fala da extensionista, concernente aos espaços para discussão e atuação das entidades dentro da esfera municipal, também a ausência de espaços para a

discussão e resolução de potenciais problemas ambientais do município, como segue:

> Não existe um espaço específico ou política pública voltada para discussão envolvendo questões ambientais. O apoio das diversas entidades, aos agricultores, de modo geral, é relativo a produção/produtividade. Os problemas que existem, as pessoas não enxergam. (EXTENSIONISTA EMATER)

3.2. LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO: tenho até medo dessa gente...

O agricultor, ao recorrer e acreditar na atuação de entidades representativas de âmbito estadual, mostra que procura o amparo necessário para solucionar questões importantes que afetam a sua atividade. Com destaque, questões relativas a formação de preço final e construção de políticas públicas. A questão ambiental, quando apareceu, foi no sentido do agricultor queixar-se da burocracia imposta pelos procedimentos legais, ligados tanto ao licenciamento quanto às operações fiscalizatórias, tidas como arbitrárias, como retratam a falas abaixo:

> Não sei pra que tanta papelada... é mapa, é laudo, a gente assina tanta coisa que no fim nem sabe mais o que tá assinando. E pra que? Isso tudo vai pra ser analisado e demora um tempão. Agora eu tenho um pedaço de terra que a licença faz no município mesmo, mas é a mesma burocracia, aquela papelada sempre. (AGRICULTOR A)

> Eu tenho até medo dessa gente (órgão ambiental), já chegam multando, nem dão chance. A gente nem pode tirar uma árvore pra usar na propriedade. As vezes a gente nem sabe o que pode ou não pode fazer. O fiscal não tá nem aí, chega e multa mesmo. E ai, a gente nem tem a quem recorrer, das coisas que pode, até antes de fazer. Se tivesse alguém que orientasse, nem o Sindicato sabe essas coisas. (AGRICULTOR C)

> Os órgãos ambientais existem só pra multar a gente, criam um monte de barreiras que dificultam a produção. Se tu ver bem, a agricultura mantém o município e se a gente não produz, para o comércio, para tudo. Mas tá difícil com tanto papel, com tanta regra que o órgão do meio ambiente coloca pra gente....
> Que problema ambiental a gente tem aqui? nenhum... (AGRICULTOR H)

É válido conceituar esses dois procedimentos que aparecem nas falas de ambos os grupos de agricultores, em primeiro lugar o licenciamento ambiental e em seguida, o poder de polícia do Estado, que lhe confere atribuição fiscalizatória.

Com relação ao licenciamento ambiental, de acordo com o texto da Resolução CONAMA 237 de 19 de dezembro de 1997, já em seu primeiro artigo conceitua como sendo o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Dito isto, a lavoura irrigada, por seu alto potencial de degradação ambiental é uma atividade passível de licenciamento. Este procedimento pode ser realizado nas esferas municipal ou estadual (ou ainda federal, o que não é o caso para as atividades desenvolvidas atualmente em Mata), de acordo com o porte da atividade, que é dado pela área irrigada, conforme determinado pela Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), n. 288 de 2014.

A partir do momento em que a humanidade passa a viver em sociedade, surge a necessidade de se criar normas e regulamentos para se condicionar o bem-estar de todos. Neste sentido foram criados o Estado, as Constituições e as leis infraconstitucionais, concedendo aos cidadãos direitos e deveres. Cabe ao Estado promover a fiscalização dessas normas, criadas para a adequação do direito individual ao interesse da coletividade, de modo que se convencionou chamar de poder de polícia, o instrumento utilizado para efetivar as funções da Administração Pública (CUNHA, 201.). No Rio Grande do Sul exercem esse poder os órgãos ligados à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEADS), com relação diretamente ao licenciamento ambiental, a FEPAM; e com relação ao licenciamento florestal e áreas protegidas, o Departamento de Biodiversidade (DBIO). Ambos os órgãos realizam operações de fiscalização, que podem estar restritas à verificação do cumprimento de documentos licenciatórios, como para atendimento de denúncias que partem da comunidade; ou ainda, no atendimento de demandas da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Outros agricultores demonstraram preocupação, não com relação à burocracia ou a fiscalização, mas com relação a ausência de um ente específico onde poderiam buscar amparo, dentro do município. Afirmando, entre outros aspectos, que uma entidade atuante e que fosse criada no município reconheceria as peculiaridades do local e das pessoas. A fala em questão vem de um fumicultor, que cita como entidades existentes na atualidade, o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais (cujo foco não é a questão ambiental) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), como pode-se observar a seguir:

> Olha, eu fico preocupado, as vezes a gente precisa de informação e vai no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas eles não trabalham direto com isso. Agora tão fazendo o CAR, e até nisso eles tinham dúvidas. A AFUBRA também não ajuda muito, e a fumageira exige umas coisas da gente, de ambiental... no fim, é bastante gente exigindo coisas, e falta lugar aqui na Mata pra gente ir pedir um socorro... é difícil. (AGRICULTOR E)

A AFUBRA, vale lembrar, atua com maior ênfase sobre as questões ligadas à instabilidade do mercado e do preço do tabaco e na prestação de auxílio econômico contra danos causados por granizo nas lavouras. De modo que não constitui uma organização voltada para a resolução de questões ligadas aos impasses inerentes ao uso dos recursos naturais dos processos produtivos de seus associados.

Dando seguimento às análises, foi possível identificar que para alguns agricultores, a questão ambiental possui, naturalmente, pouca relevância, fato que leva-os a desconsiderar a necessidade de espaços de discussão, ou mesmo a participação do agricultor em entidades representativas:

> Até acho que não teria necessidade de discutir muito isso. Qualquer coisa contrata alguém pro serviço. E a gente não tem problema de conflito aqui, nem pela água, e nem pelo uso do solo. O rio está afastado da cidade né... e o agricultor aqui é bem visto, porque mantém a economia, é quem move o município. (AGRICULTOR K)

A disputa pela simpatia da comunidade e pela adesão do agricultor a determinados modelos de produção é um campo de imensas possibilidades para a pesquisa, porém, restringiu-se o foco em identificar, no âmbito deste trabalho, quais seriam e como atuariam as entidades no município.

Apurou-se que em Mata/RS as entidades representativas do setor produtivo são: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato Rural (patronal), Associação dos Arrozeiros e Produtores de Soja. Na área ambiental verificou-se a existência de uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Banco do Oxigênio, cuja atuação se limita a apresentação de um programa na Rádio Comunitária Matense, com periodicidade semanal e com duração de uma hora, aos sábados pela manhã. No programa de rádio, a ONG aborda assuntos pertinentes a questão ambiental, superficialmente, devido ao curto espaço de tempo. Em consulta ao poder público municipal, verificou-se que o Conselho Municipal do Meio Ambiente

não atua, e as informações acerca de sua formação não estavam disponíveis para o público. Do que se conclui que este importante fórum de participação popular não tem cumprido, no âmbito municipal, seu papel de agente fiscalizador e deliberativo.

As ações expostas pelas entrevistas, mesmo aquelas que não foram transcritas, demonstram a inexistência de quaisquer movimentos atinentes à questão ambiental no município. Não ficando restrito aos setores produtivos, já que a comunidade também não está mobilizada.

GERHARDT e ALMEIDA (2005), em artigo derivado da dissertação de Mestrado do primeiro (GERHARDT, 2002), deixam uma pista passível de auxiliar na explicação do que ocorre em Mata, assim, os autores comentam que:

> Claro está, portanto, como se pôde perceber através deste pequeno exercício comparativo, que o processo de institucionalização da problemática ambiental impõe sérias e agudas modificações às populações que habitam os espaços rurais. No entanto, estas alterações não ocorrem em um sentido único e pré-determinado como, muitas vezes, imaginam os "especialistas" detentores do "discurso ambiental competente". Sendo assim, uma das conseqüências desta variabilidade será o fato destas populações desenvolverem percepções e ações totalmente distintas sobre o que representa a idéia de meio ambiente (e de natureza) e, conseqüentemente, sobre as significações e os sentidos conferidos à problemática ambiental. Exemplo disso é o fato de que cada agente envolvido (e é extremamente rico e diverso o universo social que envolve tanto mediadores sociais como agricultores familiares no meio rural) irá apresentar um modo de perceber e identificar "problemas ambientais", os quais não se confundem com os "problemas" diagnosticados pelos "especialistas" (cientistas, juristas, legisladores ou planejadores, promotores e executores de políticas públicas etc.). Além disso, estas diferentes compreensões e práticas estarão sujeitas a um contínuo processo de reelaboração, conforme forem sendo montadas as correlações de força, e segundo os constantes desdobramentos envolvendo a dinâmica de debates, conflitos e disputas dentro do campo ambiental. (GERHARDT e ALMEIDA, 2005, p. 6)

Parece correto afirmar que a história dos agricultores, relativamente recente, por certo há de ter um peso na forma como as pessoas percebem a utilização dos recursos naturais. A atuação de entidades representativas que detém alto poder de barganha e cujo discurso é produtivista, também deve pesar na formulação por parte dos agricultores. E, por fim, o fato dos habitantes do município não terem sofrido, num passado recente, com traumas decorrentes de acidentes ambientais, ou outras tragédias, ou mesmo com escassez de recursos, pode dar a falsa impressão de que não existem problemas ambientais para serem discutidos.

Encerrando esta seção, e para refletir sobre como os agricultores tomam suas decisões produtivas, os mesmos foram questionados acerca dos critérios que

utilizam para a escolha de novas áreas para a implantação de suas lavouras (ou pastagens). A pertinência da questão diz respeito ao modo como esse agricultor, que descende de colonizadores, sejam luso-brasileiros ou imigrantes europeus (cujas práticas inicialmente não consideraram potenciais danos ao ambiente e suas consequências), vai realizar essa escolha. Majoritariamente, os agricultores, de ambos os grupos, deram razões ligadas ao econômico, logo, elencamos abaixo, os dois agentes cuja resposta destoou dos demais, conforme segue:

> Se eu fosse escolher uma área nova pra plantar, tanto faz o quê? arroz, pastagem? bom, ia pensar numa área que não fosse de preservação, ia cuidar os mananciais. Agora eu ia cuidar, diferente de antes. (AGRICULTOR L)

> Por mim, ia procurar uma área que fosse boa, com terra boa. E tem a questão da safra que a gente precisa lembrar. Não ia escolher um lugar onde a estrada é ruim, por exemplo. Aumenta muito o custo. (AGRICULTOR H)

Os demais agricultores, foram uníssonos em admitir que, ao buscar novas áreas para produção agrícola, dariam preferências para áreas virgens, mesmo que para o plantio fosse necessária a conversão de campo ou de área florestada, em lavoura.

3.3. O PAPEL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: o banco pede a licença...

Optou-se por fazer referência a participação das instituições bancárias nesta análise, ainda que brevemente, por um motivo fundamental: muitos agricultores tem procurado o licenciamento ambiental e afirmado que o Banco passou a exigir o documento para a liberação do crédito. Há pelos dois anos, era uma exigência da instituição bancária, somente o protocolo do processo administrativo por ocasião da assinatura do contrato de financiamento. Realidade que sofreu alteração e fez com que muitas pessoas que antes atuavam sem o licenciamento, agora se dispusessem a buscá-lo.

> A gente sabia que tinha que fazer a licença, porque o banco também exige. Antes da Mata licenciar, tudo era na Fepam... eu mesmo, só fiz porque o banco pede a licença, se a gente não leva o documento, não sai o dinheiro. Agora a minha licença tem que fazer na Mata. (AGRICULTOR J)

No tocante a participação das instituições financeiras, SOUZA (2005), alerta para o fato de ser o financiamento, um importante instrumento de proteção

ambiental, ao incluir a variável ambiental em suas políticas de concessão de crédito, assim compatibilizando o crescimento econômico. Justamente por isso, as instituições bancárias devem exigir o licenciamento ambiental dos projetos financiados, bem como a observância de princípios de responsabilidade. E, mais, ao agir desta forma, os Bancos estão considerando também que, se quaisquer projetos causarem danos ao meio ambiente, poderão ensejar a responsabilidade civil e penal dos financiadores, tendo em vista a responsabilidade solidária das instituições financeiras pelo dano ambiental ocasionado por obra por elas financiada.

Nesse contexto, segue o autor, torna-se indispensável a adoção de medidas preventivas que propiciem o controle ambiental dos projetos financiados, as mais usuais, então, a inserção de cláusulas específicas nos contratos de financiamento, condicionando a liberação de recursos à comprovação da regularidade ambiental dos projetos.

PEDRO (2013) informa que desde a assinatura do Protocolo Verde (assinado pelos Bancos, sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente- PNUMA, em 1992), ao Equator Principles Financial Institutions - IFC, em 2003, a capacitação do setor financeiro para o atendimento de demandas ambientais foi ampliada. Assim, os procedimentos de salvaguarda ambiental e social nos contratos de financiamento e o acompanhamento da evolução da atividade financiada são instrumentos utilizados pelas instituições financeiras e fazem com que estas exijam, cada dia mais, comprovação da capacidade do financiado em colocar a proteção ambiental em suas planilhas de custo. É assim que, para os agricultores, a simples apresentação do documento licenciatório, ainda que comprove a situação de regularidade de dado empreendimento junto ao órgão ambiental, não pode dar plena segurança acerca do zelo por parte do empreendedor, para com os recursos naturais que são utilizados no processo produtivo. Neste sentido, o BOLETIM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DO SISTEMA FINANCEIRO (2007), coloca que o papel a ser desempenhado pelos Bancos não poderá se restringir a mera observação dos documentos apresentados, e que, por sua ação propulsora do desenvolvimento, deverão, os Bancos, engajarem-se de forma incisiva na fiscalização desses procedimentos. Um dos instrumentos utilizados no Brasil, que guiam as instituições bancárias nesse processo é chamado de Protocolo Verde, que leva as instituições a

incorporar a questão ambiental como critério de análise de concessão de créditos e benefícios fiscais.

3.4. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA VISÃO DO AGRICULTOR

A questão que norteou esta fase da pesquisa diz respeito ao reconhecimento da existência de problemas ambientais e, recai sobre a constatação de que, ainda que existentes e persistentes, muitas das vezes não aparecem como algo óbvio, para todas as pessoas, em qualquer circunstância.

É notório, para este campo empírico, a assertiva de que os problemas ambientais, ou questões ambientais, não são interpretados como questões públicas, haja vista as respostas captadas dos agricultores ouvidos. Dito isto, é possível arriscar-se a pensar que essa percepção tem a ver, diretamente, com a história recente de colonização e apropriação do território. Construir uma comunidade, alimentá-la, mantê-la em condições de arrecadação de tributos, necessários para a manutenção dos serviços básicos para a população, tudo isso vinculado a produção do setor primário, deve mesmo fazer com que as pessoas, enlevadas pela história, percebam a atividade com positividade. Aliado ao fato da população nunca ter sofrido o trauma de uma desastre ambiental de magnitude; ou sofrido com escassez de recursos, como a água, por exemplo.

Todavia, enquanto isso, não se pode negar, como argumentam GERHARDT e ALMEIDA, (2005), citando Ponting, (1995) que o ser humano desde o princípio de sua existência, atua e modifica o meio ambiente, portando, degrada-o. Por mais tênues que fossem os efeitos dessas ações, desde os primeiros habitantes, há 10 mil anos, até os empresários rurais de hoje, sempre houve interferência sobre os ecossistemas. Essa interferência vai desde a seleção de espécies vegetais e animais; ou alterando a topografia, construindo canais, entre outros. Todas essas ações podem ser consideradas como potencialmente perigosas para o ambiente. Mesmo que as pessoas não percebam desta forma. E cada uma dessas alterações citadas poderá ser facilmente encontrada no território matense. E cada uma dessas alterações não foi considerada como impactante.

Sobre a utilização do espaço, apresenta-se o relato de um entrevistado, que durante anos atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, e que hoje

é o coordenador regional da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR/RS), quando instigado a falar das alterações na paisagem, ao longo do tempo, desde a colonização até agora, que nos diz:

> Houve uma inversão, reversão de valores... o que a gente tinha, antes lá no início, muita mata que foram sendo destruídas aos poucos, derrubadas para exploração agropecuária né. E muitos mananciais, também. Depois, nos anos 70, começaram a plantar soja, nas encostas, na coxilha... e teve o momento em que o preço desse grão caiu e as áreas da lavoura viraram mato de novo na serra. O agricultor migrou pro fumo que exige uma área pequena e com rendimento avantajado e o cultivo de feijão também diminui. Nas áreas de fumo, na resteva, se planta milho. Então agora muitas capoeiras viraram mato de novo. Na várzea, o que nós presenciamos? Na várzea temos uma cultura onde a mecanização começou primeiro. O plantador de arroz quis explorar o máximo que foi possível, e nós vimos a lavoura em cima do barranco, assoreamento e essa prática, me parece que ainda continua. O que foi recuperado na serra está sendo explorado na várzea. (COORDENADOR REGIONAL SDR/RS)

Depreende-se do depoimento que a percepção acerca da responsabilidade por importantes impactos sobre o meio foi no passado e ainda é, praticado pelo produtor de arroz. O impacto da retirada da floresta nas áreas mais altas, realizadas pelos imigrantes, ficou no passado, e atualmente, as áreas mais altas estão passando por um processo de regeneração natural, aumentando a cobertura vegetal, fazendo com que a percepção sobre este agente seja mais positiva.

Os tópicos anteriores já deixaram uma pista acerca da existência, ou não, de conflitos ambientais no município de Mata, de modo que a partir daqui, o interesse do estudo vai recair sobre os conceitos que gravitam sobre o tema e além disto, sobre como o Construcionismo, enquanto ferramenta analítica, pode contribuir para a interpretação do que tem ocorrido no campo empírico da pesquisa.

Um conflito, por definição pode ser compreendido como uma divergência; ausência de concordância ou entendimento; oposição de interesses, de opiniões, (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2016)[15]. A partir deste conceito é que a pesquisa buscou compreender como o espaço compartilhado entre agricultores e comunidade encara o uso dos recursos naturais, sobretudo pelo irrigante, que tem na água dos principais insumos de seu processo produtivo e, por isso mesmo, está quase sempre cercado de controvérsias públicas.

Neste sentido, resta claro, pelo que foi levantado junto aos agricultores e junto de representantes do Poder Público Municipal, ou ainda, junto de entidades como o

[15] Disponível em https://www.dicio.com.br/, acesso em agosto de 2016.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que os agricultores gozam de uma reputação muito boa, tendo em vista, toda a história de trabalho e ousadia dos colonizadores, e sobretudo, por tratar-se de um município essencialmente agrícola, fazendo com que a economia gire em torno do sucesso ou do insucesso das safras.

Assim, cumpre registrar que, em quase todas as falas captadas durante o estudo, surgiu, em algum momento, a exaltação do setor, em falas do tipo: “a Mata depende da agricultura. Basta observar o ano que o fumo vai mal, todo o comércio sente”.[16] E, assim sucessivamente, a importância econômica vai sendo pontuada.

Então, como averiguar a existência de conflitos ambientais em um ambiente compartilhado que, no primeiro momento, parece harmônico, foi um questionamento que surgiu, desde o início. Se o problema não estava visível, será que existiriam fatores de risco que poderiam fazer surgir, no futuro, essas zonas de conflito?

Visando compreender melhor como os conflitos podem apresentar-se, recorreu-se aos escritos de ACSELRAD (1992), para quem os conflitos ambientais podem ser divididos em duas classes bem distintas: explícitos e implícitos.

Nos casos de eclosão explícita, a comunidade é atingida por um processo de degradação ambiental do qual não tem consciência. Ou, pode acontecer de mesmo havendo consciência, as pessoas não associarem a degradação ambiental às práticas de agentes sociais determinados (que podem ser as suas próprias). É dessa forma que, por exemplo, uma comunidade pode ficar por muito tempo exposta a um agente de degradação ambiental sem o saber, sofrendo, inclusive, as consequências dessa exposição. Neste caso, segundo o autor, a percepção do agente causador da degradação dependeria da ação fiscalizadora dos órgãos competentes, ou, ainda, da mobilização social. Acselrad exemplifica esse conceito, porém optou-se por não utilizar o caso apresentado por ele, por ser possível utilizar um fato ocorrido no Rio Grande do Sul, e que nos dá a exata noção do que se trata o conceito de conflito explícito. O caso alude a contaminação do solo, descoberta no bairro Barreto, município de Triunfo, onde os quase 3 mil moradores foram atingidos pela disposição inadequada de resíduos químicos perigosos, o creosoto e Arseniato de Cobre Cromatado (CCA), ambos produtos utilizados para o tratamento da madeira destinada para a fabricação de postes. Neste bairro, a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEE), instalou uma usina para o

[16] Esta fala resume algo que apareceu em quase todas as falas, como um sentimento geral da comunidade. Grifo da autora.

tratamento da madeira, ainda em 1961, e naquele tempo as pessoas ficaram esperançosas com o potencial progresso que a mesma traria para a área rural pobre do município. Diferentemente do que ocorre hoje, quando o terreno de 162 hectares é visto como um local perigoso. De acordo com os analistas ambientais da FEPAM, tem-se ali o solo de maior contaminação de todo o Estado. No bairro que se desenvolveu no entorno da usina, as pessoas temem que os casos recentes de câncer — entre eles leucemia e de pulmão — tenham relação com os produtos aplicados por décadas em troncos de eucaliptos que acabariam sendo usados como postes de luz. A preocupação é baseada na constatação científica de que as substâncias químicas empregadas ali são cancerígenas, se absorvidas em excesso pelo organismo. A relação entre o adoecimento de moradores e o trabalho na antiga unidade da CEEE foi o fator que chamou a atenção de uma advogada local, que defende os interesses de cerca de cem famílias atingidas (JORNAL ZERO HORA, 2012).

Porém, segundo ACSELRAD (1992), nem todos os conflitos vão eclodir de forma explícita, esse é o caso de processos de degradação que são de tal forma disseminados em suas causas que as comunidades não as identificam com objetividade, tornando-se difícil mesmo as ações relativamente ao problema. Como exemplo, o autor cita a derrubada das matas ciliares e a implantação de grandes projetos de irrigação em Minas Gerais. A erosão, o assoreamento, a contaminação do rio, acaba provocando a saída de inúmeras famílias que dependiam do rio para sobreviver, incapazes de controlar o uso dos recursos naturais e garantir, assim, seu direito ao ambiente equilibrado e necessário para a sadia qualidade de suas vidas.

De fato, é possível que este fenômeno aconteça no município de Mata, tendo em vista a observação da paisagem local. Logo vai se notar o uso do limite legal das APPs, tanto na zona rural, transformada em lavouras ou pastagens, como na zona urbana, onde as APPs são ocupadas pelo casario.

Neste sentido, o agente representante do Poder Público Municipal opina que:

> Mata tem diversos problemas que merecem atenção, temos poucos trabalhando essas questões e não tem como dar conta da demanda de serviço. Não tem fiscalização, porque não tem gente pra fazer. Por outro lado, a população também não parece se preocupar muito com isso. Cada um segue fazendo suas atividades e procuram auxílio, muitas vezes, quando um órgão ambiental aparece. (AGENTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL)

As figuras 12 e 13, a seguir, ilustram, respectivamente, a ocupação das APPs urbanas e rurais, em dias atuais.

Figura 12- Configuração atual da ocupação dos limites legais das APPs urbanas.

Fonte: Google Earth, acesso em setembro de 2016.

Figura 13- configuração atual da ocupação dos limites legais das APPs rurais.

Fonte: Google Earth, acesso em setembro de 2016.

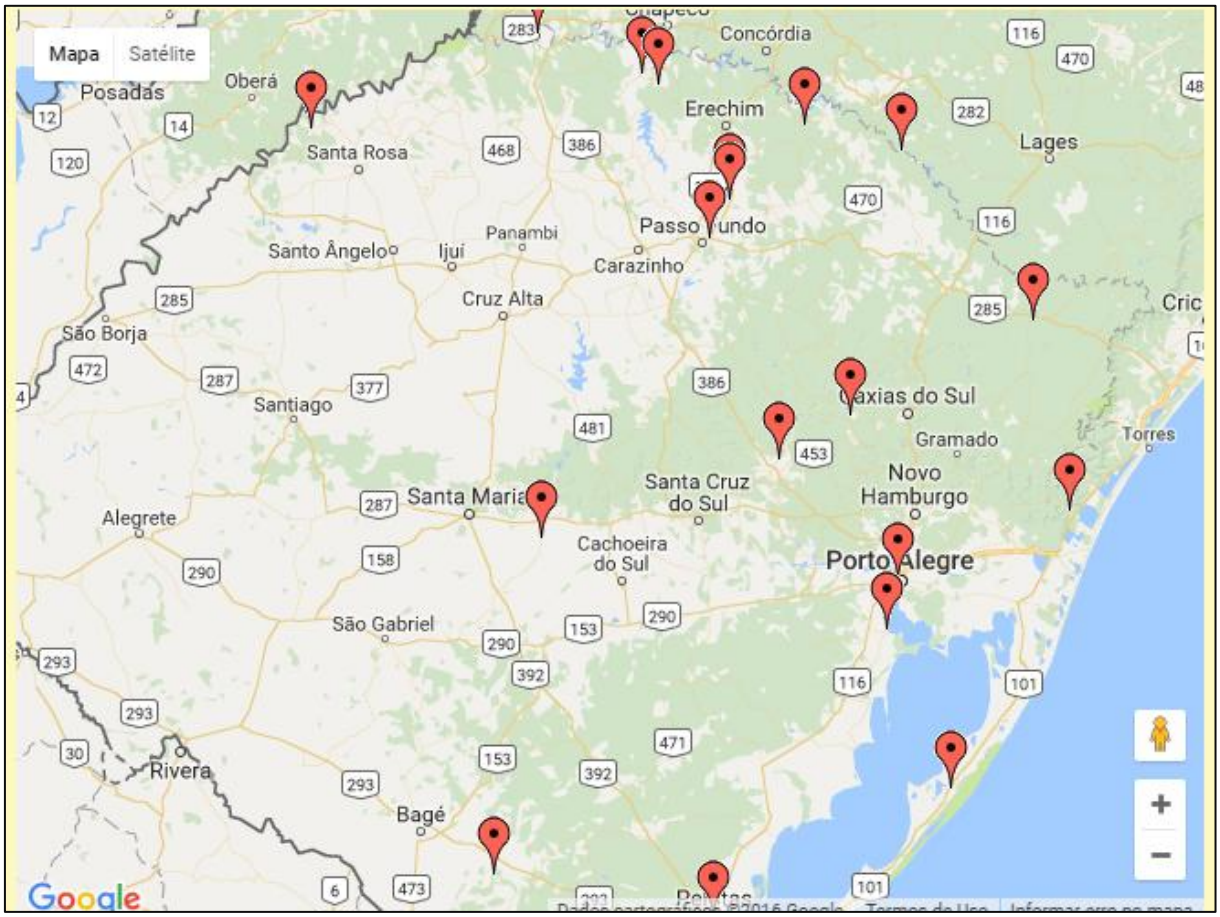
A fim de compreender como são processadas as informações que tratam dos conflitos ambientais, recorreu-se ao MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL[17] (que é resultado de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fiocruz e pela Fase, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde) os principais impactos e danos ambientais visualizados no estudo, em todo território nacional estão relacionados à alteração no regime tradicional do uso de solo bem como a problemas na demarcação dos territórios de terras indígenas, quilombolas ou para a reforma agrária. Todos esses relacionados à disputa por territórios por parte de setores econômicos como o agronegócio, a mineração ou obras de infraestrutura. São citados ainda a poluição (hídrica, do solo e atmosférica), o desmatamento, problemas no licenciamento ambiental, alteração no ciclo reprodutivo da fauna, invasão ou danos a áreas de proteção ambiental, o assoreamento dos rios e a erosão do solo.

A questão do licenciamento ambiental é citada como de particular importância, pois se encontra presente em praticamente todos os casos nos quais o que está em jogo é um novo empreendimento econômico, sejam hidrelétricas, siderúrgicas, aterros sanitários, indústrias petroquímicas ou “ecoresorts” turísticos. Via de regra, as denúncias apontam a falta de participação e de critérios técnicos vinculados à legislação ambiental e sanitária existente. Embora de menor importância no Mapa, o impacto nos territórios urbanos está presente em questões como poluição, enchentes, formação de lixões, acidentes ambientais e regulação fundiária.

O Rio Grande do Sul, ainda segundo informações dadas pelo mapa de conflitos, possui uma série de conflitos distribuídos em seu território, conforme aponta a Figura 14, que estão relacionados com disputas fundiárias em territórios quilombolas e indígenas; com a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH); funcionamento da complexo termoelétrico de Candiota; empreendimentos irregulares que afetam recursos hídricos; acidentes ambientais, entre outros.

Figura 14- Mapa de distribuição de conflitos ambientais no RS

[17] Disponível em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/, acesso em agosto de 2016.



Fonte: MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL[18]

A temática acerca dos conflitos ambientais abarcam, como se percebe em pesquisa mais detalhado ao Mapa, tanto questões relativas diretamente aos danos ambientais (desastres) como questões de disputas por territórios, cujas características dizem respeito às alterações no regime tradicional de uso e ocupação do território ou contaminação de cultivares crioulas por organismos geneticamente modificados. De modo que os conflitos ambientais não estão restritos a danos ao ambiente, unicamente, indo além e interferindo em outros aspectos da vida dos agentes sociais envolvidos. Para compreender como os conflitos ambientais se configuram, autores como FLEURY et al. (2014), os quais vão situá-los como um importante desdobramento da concepção de ambiente como domínio de análise sociológica, cujas discussões acerca dos processos de disputa tem o “ambiente” como peça central. Assim, os autores expõem que:

[18] Disponível em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php

> Mais do que o caráter técnico científico das controvérsias, tal como autores europeus e norte americanos, e do que os embates políticos pela definição dos componentes do conflito (sejam definições de biodiversidade ou de entidades outras que humanos) como na literatura latino-americana, são enfatizadas as relações de expropriação material e violência simbólica decorrentes dos processos de desenvolvimento e do papel das comunidades nesses processos (FLEURY et al., 2014, p. 71).

O caráter descrito pelos autores aparece claramente nos conflitos identificados e mapeados pela Fiocruz (2010).

A questão agora, é tentar identificar como se dá a configuração dos conflitos ambientais no espaço geográfico desta pesquisa. A fala de um dos entrevistados resume o que os dois grupos apontam, nesse sentido,

> A gente não vê conflito aqui, o Rio Toropi passa longe da cidade e quando alguém reclama é no sentido da água do Rio estar marrom, suja. Daí dizem que é a lavoura, mas nunca falaram de agrotóxico na água, por exemplo. Na cidade a água que as pessoas consomem vem de poço artesiano, então não tem briga por causa de falta de água. No lajeado, de onde tem lavoura de puxa água para irrigação, não se vê briga por causa disso... pra falar a verdade, nem do esgoto que é jogado direto nele, as pessoas reclamam. As crianças até tomam banho no lajeado, e no Toropi, tem até o balneário lá, que vem um monte de gente. (AGRICULTOR K)

Em nenhuma das entrevistas, ou nos momentos de observação, foram levantadas situações conflituosas, o que leva a pensar que no município, onde não se visualizam conflitos numa área sabidamente conflituosa, como a ambiental, faz pensar que a situação é de tal forma difusa, a ponto de as pessoas perderem a noção e o controle sobre os usos dos recursos naturais. Caracterizando-se por uma situação de conflito implícito, vista anteriormente.

No momento em que foram iniciadas as entrevistas, ainda que de início não inserida no roteiro, sobreveio a questão das enchentes, que atingiram o Rio Toropi, fazendo com os produtores de arroz amargassem perdas significativas na safra 2015/2016. Os agricultores foram deixados livres para falar sobre o assunto e somente um deles fez alusão ao uso inadequado do solo e invasão dos limites legais da APP. De modo geral, a enchente foi um infortúnio sem motivo aparente.

Do que se viu, é possível afirmar que pior que a existência do conflito é a sua ausência, ou, no caso, a não percepção de fatores passíveis de causar problemas ambientais e conflitos entre os agentes envolvidos. Tal fato pode indicar que os problemas com potencial de causar danos ao ambiente e à saúde pública, ocorrendo no dia a dia da população, não são percebidos pela população. Se este configura

como um indicativo de que a comunidade como um todo não está apta ao debate, não há como ter condições de responder. O que se pode inferir é que conceitos simples, como redução na geração de resíduos na lavoura, ou uso racional da água, acabam passando desapercebidas, exacerbando a necessidade de mais pesquisas acerca dessa percepção junto à comunidade matense. Somente assim, poder-se-á obter subsídios suficientes para que se construa, no âmbito municipal, programas adequados a realidade e que permitam a reflexão acerca do assunto.

Outrossim, é importante frisar, a comunidade matense também não foi atingida por problemas de escassez, os solos ainda produzem (ainda que sob forte uso de insumos químicos), a agricultura consegue empregar e dá o maior incremento ao PIB municipal. Diante do que se vê, as pessoas da comunidade, os agricultores e os dirigentes não tem motivo para preocupação no que tange a sustentabilidade ambiental.

A bem da verdade, aparentemente, o único conflito existente se dá, exatamente, entre o agricultor e o órgão ambiental: fiscalizador, burocrático e distante da realidade daqueles a quem deveria atender.

O que se quis dizer, resumidamente, é que os problemas ambientais são construídos pela sociedade, muito mais fruto de uma necessidade do que fruto da tomada de consciência do valor intrínseco da natureza. Como sugerido até aqui, a problemática ambiental e sua construção social são questões complexas, que exigem uma análise minuciosa. SORIANO (2004) sugere que a análise dos fenômenos sociais são elementares, tanto mais quando se trata da tomada decisões políticas, como o estabelecimento de uma política pública para setores da sociedade em situação de vulnerabilidade, exemplificando. Essa análise pormenorizada minimizaria os riscos de desperdício de recursos financeiros, ou, ainda, equívocos conceituais, que levariam ao colapso de determinados projetos sociais. Especialmente quando esses projetos são destinados a comunidades tradicionais ou em vulnerabilidade. A separação entre a pesquisa e a realidade é para Soriano (2004), um problema a ser resolvido. Uma pesquisa social deve ir além da simples descrição de um problema de forma sistemática. Assim, entenda-se, quando se fala em crise ambiental, não se remetem apenas aos aspectos físico, biológico e químico das alterações do meio ambiente. Trata-se, mais além, de uma crise civilizatória (crise de valores, que é cultural).

Quando alguém afirma que um município, como o município de Mata - RS, não tem problemas ambientais e sabe-se da inexistência de grupos que introduzam o debate acerca da questão, a primeira afirmação não chega a causar estranheza. Parece correto dizer, então, que a percepção dos problemas ambientais pode mesmo ser independente da grandeza dos próprios problemas, sugerindo, amiúde os resultados encontrados, que a preocupação do público, ou dessa comunidade, ou dos agricultores, é independente da realidade ambiental vivida. Sendo assim, é moldada por outros fatores, alheios a simples percepção individual. Vale pensar, como forma de superar a invisibilidade da questão ambiental, que se trabalhe, enquanto entidades, para a formação de um sujeito ecológico, utilizando os temas ambientais que fazem sentido para a realidade desse grupo (visando instigá-los a participar). O trabalho em Educação Ambiental que poderia utilizar os temas ambientais como geradores da formação crítica e como importante diretriz metodológica. Como Paulo Freire pregava, o processo de tomada de consciência pela educação (ação-reflexão-ação), é a possibilidade de superação da consciência ingênua em busca da consciência crítica e, consequentemente, um passo para uma ação mais condizente com as circunstâncias atuais em que se vive de crise ambiental.

Para TOZONI-REIS (2006), de modo geral, a sensibilização e a conscientização fazem parte de um processo de ação concreta e reflexão e ao incorporar o tema ambiental, o processo da educação conscientizadora tem como objetivo a transformação das relações entre os sujeitos e desses com o ambiente, estabelecidas pela história das relações sociais.

> A educação ambiental como mediadora dessas relações se estabelece sobre a idéia de conscientização, na articulação entre conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, se puder promover a transformação radical da sociedade de hoje rumo à sustentabilidade, também radical, que implica transformar a relação dos sujeitos com o ambiente, compreendendo-o social e histórico. Conscientização é, portanto, um processo de construção, ativa e refletida dos sujeitos, rumo à consciência crítica, assim, supera a apropriação de conhecimentos, referindo-se a articulação radical entre conhecimento e ação, não qualquer ação, mas uma ação política, transformadora, libertadora e emancipatória. Esse processo é histórico e concreto, não imediato. Conscientização, como princípio da educação ambiental, não é um resultado imediato da aquisição de conhecimentos sobre os processos naturais, mas a reflexão filosófica e política, carregada de escolhas históricas que resultam na busca de uma sociedade sustentável. (TOZONI-REIS, 2006, p. 106)

Para encerrar esse tópico, os dados coletados nos fazem acreditar no pressuposto da construção social do meio ambiente e das questões que a ele se relacionam. Muitas destas questões envolvem riscos, interesses, poder e controvérsias. Portanto, os problemas ambientais enquanto questões socialmente formuladas nos levam ao questionamento de até que ponto a concepção dos atores sociais envolvidos corresponde às necessidades e aos critérios reais.

CONCLUSÕES

Na fase mais incipiente da leitura necessária para este levantamento, equivocadamente cogitou-se que a questão puramente econômica seria a linha mestra da análise. Isto, tendo em vista que, parecia, todas as decisões emergiam daí. No entanto, a questão mostrou-se tanto mais complexa, quanto mais se percebia que as ações encadeadas em cada momento histórico, embora com forte viés econômico, eram motivadas por outras esferas que davam a direção dos fatos. Parafraseando PIERUCCI (em entrevista disponibilizada em 2016), que foi um interprete da obra de Weber no Brasil, “a economia é o motor do carro, mas quem dá a direção são questões religiosas, culturais, políticas...”

Retomando algumas considerações iniciais, este trabalho foi arquitetado com o propósito de fazer emergir, a partir das histórias dos primeiros habitantes de Mata, as informações que poderiam auxiliar na compreensão sobre como a questão ambiental é compreendida e vivida por um grupo de agricultores, no município de Mata- RS. Para que isso fosse possível, o desafio constituiu-se em buscar, a partir do campo empírico, os principais processos sócio históricos constitutivos das interações entre os agricultores e o ambiente, e vice-versa. A pesquisa de campo, aliada a consulta bibliográfica, mostrou que a ocupação do território por luso-brasileiros, imigrantes europeus, a modernização conservadora da agricultura, foram fatores decisivos para a construção da questão ambiental na comunidade, até o ponto em que o grande conflito observado se dá entre o agricultor e o órgão ambiental, especialmente o órgão ambiental do Rio Grande do Sul, a FEPAM.

No Estancieiro, criador de gado e no imigrante, pequeno produtor de alimentos, encontramos os elementos que ajustaram a formação cultural, política, econômica e ambiental de Mata. E, em sendo assim, é preponderante frisar o que os trouxe até o Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro grupo, então, retrata um ciclo que dá lugar aos constantes conflitos entre portugueses e espanhóis nas terras das Missões; seu papel fundamental é defender o território, de modo que a ocupação do espaço está ligada a interesses geopolíticos da Coroa portuguesa. Notadamente, a política de doação de sesmarias vai se mostrar ineficiente no que tange o povoamento do território, uma vez que,

baseada no latifúndio, a população acaba por distribuir-se de forma bastante dispersa.

Por seu turno, a imigração europeia que tem início nas primeiras décadas do século XIX, também pretendia a defesa do território, além da ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre e assalariada que desenvolveriam as cidades, o comércio e fomentariam a criação de serviços de infraestrutura. Liste-se, ainda, a clara intenção de branquear a população (HERÉDIA, 2001).

Nada obstante, a historiografia nos revela a presença do estancieiro e do imigrante, que ao se depararem com um território vasto e intocado e diante dos objetivos que os trouxeram até essas terras, aprendem a desmatar, a plantar, a construir. Isso equivale a dizer que as ações desses indivíduos foram determinadas por uma finalidade: produzir. E, para produzir, esses atores sociais precisaram estabelecer os meios mais adequados para que lograssem sucesso. Em cada momento histórico, os meios foram distintos, porque deveriam ser. O ser humano se encarregou de tornar possível as mudanças necessárias, pela sua engenhosidade, e, atualmente é a mecanização e a utilização da biotecnologia, que convergem para o aumento da produtividade.

Detectar essas características levou-nos ao passo seguinte, que foi dedicar-se na identificação das formas de organização desses grupos de agricultores e quais as entidades que dão suporte para atendimento de suas demandas, no que tange à questão ambiental e ao cumprimento da legislação ambiental, pertinente ao seu processo produtivo.

Partindo-se do pressuposto de que ao participar de um grupo organizado, o indivíduo se dispõe a realizar trocas com outros indivíduos de ambições e percepções similares as suas, esse agricultor vai procurar fazer parte, conscientemente, de espaços que lhe deem condições de disputar, com outros grupos, melhores condições para o desenvolvimento de sua atividade profissional.

De modo que não causa estranheza que as entidade citadas pelos agricultores de forma mais enfática tenham sido a FARSUL e a FEDERARROZ, ou ainda a AFUBRA, colocando-as como as principais entidades atuantes no campo de disputas que se encerra na questão ambiental, preponderantemente junto à FEPAM.

No que tange a atuação dessas entidades, a fim de tentar explicar esses apontamentos, cita-se uma breve matéria publicada no *website* da FARSUL, que trata da publicação de Resolução do CONSEMA cujo objetivo é, em conjunto com o Decreto Estadual 52.931/2016, “reorganizar” os procedimentos para obtenção de licenças ambientais de empreendimentos que façam uso de irrigação. Os documentos, de acordo com o próprio texto publicado pela entidade, visa agilizar o licenciamento para esses empreendimentos.

Historicamente a agilização do licenciamento tem mais a ver com flexibilização de regras construídas para a proteção ambiental do que propriamente a redefinição de ritos que tornariam o processo mais transparente, sem prejuízo da atividade fim do Estado, no caso, promover a gestão ambiental, visando sua proteção qualitativa e quantitativamente, bem como promover a utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis.

Ainda como forma de exemplificar, citamos a atuação da FEDERARROZ no processo de revisão do TCA, inicialmente previsto no PERAI para o Estado do Rio Grande do Sul, que previu, entre outras coisas, regularizar as áreas utilizadas para plantio às normas de preservação ambiental. O PERAI teve como objetivo central qualificar as informações sobre os irrigantes, definindo procedimentos para recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), manejo adequado dos resíduos sólidos, entre outros. No entanto, de modo geral, os agricultores não cumpriram o TCA, principalmente no item concernente a recuperação das APPs, e com a publicação da Lei 12.651/2012, que altera o processo de regularização ambiental, esses agricultores viram uma oportunidade para que não efetivassem os procedimentos definidos pelo TCA que eles mesmos assinaram[19].

Além disso, o grupo formado pelos arrozeiros pontua a atuação da Associação de Produtores de Arroz e Soja, como entidade local. No entanto, frisam que a mesma não é atuante devido à falta de interesse dos associados em reunir-se. Quando o fazem, o objeto das discussões são questões relativas ao processo produtivo, sendo que a questão ambiental não aparece como ponto de convergência nas conversas, tampouco desencadeia ações por parte dos mesmos. Por sua vez, o grupo formado pelos agricultores da serra, aludem a atuação do Sindicato dos

[19] A informação relativa aos TCAs decorrentes do PERAI, carecem de quantificação e análise, no entanto, a autora arrisca afirmar que grande número de irrigantes não procederam conforme o Termo, tendo em vista sua experiência diária no licenciamento da atividade de irrigação.

Trabalhadores Rurais e da AFUBRA, como principais entidades a quem recorrem. Neste caso, novamente, a questão ambiental não é central, exceto quando tratam da flexibilização de regras, principalmente no licenciamento florestal.

De acordo com o GREENPEACE, o Brasil é um país emblemático, do ponto de vista da produção agropecuária. A produção convencional cresceu exponencialmente ao longo das últimas décadas, via de regra esgotando recursos naturais que garantem a própria sustentação das lavouras. O país figura como grande consumidor de agrotóxicos. A atividade agropecuária representa mais de um terço das emissões nacionais de gases de efeito estufa e é a principal responsável pelo desMatamento da Amazônia e do Cerrado. Por outro lado, a agropecuária é a principal vítima das alterações ambientais, devido às mudanças nos regimes de temperatura e chuva, bem como eventos extremos (como geadas ou secas prolongadas), que atingem duramente a produção de alimentos.

A despeito da situação de urgência no que tange a questão ambiental, não se nota, em Mata, a disponibilidade dos agricultores em questionar o modelo agrícola praticado. Ao fim, os dados mostram um cenário de uma singeleza perturbadora, pois, diante todo o exposto, se conclui que a questão ambiental, no âmbito deste trabalho, não possui magnitude suficiente para fazer emergir um cenário de debates e busca por melhorias da qualidade ambiental do lugar. As disputas concentram-se entre o setor produtivo e os órgãos ambientais, mais precisamente sobre o licenciamento ambiental das atividades.

Conquanto tenhamos retratado uma realidade cronologicamente recente, o exame das relações que envolvem a cultura no trato com as questões ambientais, tornou possível construir uma breve caracterização do agricultor, que fazem-nos consentir que o espaço compartilhado entre este agricultor e a comunidade, também não mereceu atenção, por parte dos primeiros. A julgar pelo fato de que a utilização dos recursos naturais pode gerar zonas de conflito, trazendo à tona um cenário de luta social pela apropriação de recursos naturais, estes que são, em última instância, coletivos, levou-nos a questionar acerca disto e a concluir que em Mata, até este ponto, tais conflitos estão latentes.

Nas falas dos entrevistados, o mais próximo de um atrito que se pôde antever, entre agricultura e comunidade em geral, reside na percepção de que os arrozeiros, pioneiros no uso da mecanização e de outras tecnologias, ainda hoje segue “avançando” sobre as áreas mais frágeis, no intuito de aumentar a área de

cultivo em detrimento da proteção desses recursos. Deve-se pontuar, no entanto, que esta visão apareceu uma vez apenas e partiu de alguém ligado aos agricultores que cultivam as terras mais altas.

Na verdade, identificou-se, claramente, um alto grau de reverência ao agricultor, tendo em vista que a comunidade matense lança mão de recursos para homenagear essa classe de trabalhadores. Devotam-se a eles uma aura de superioridade dada a importância de suas atividades na qualidade de vida da comunidade, por ser o responsável pela produção de alimentos e por sua participação na economia do município. E, antes ainda, por ter sido o personagem que desbravou e abriu caminho para a prosperidade do município. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todos os anos, organiza em 28 de julho, uma grande celebração ao agricultor.

A despeito da realidade exposta, deve-se assinalar a presença de pequeno número de agricultores nesta pesquisa, cuja percepção demonstrou a necessidade de se analisar sua atuação de forma mais crítica. A análise diferenciada aponta para a intuição de que todos avançaram mais do que necessitavam ou poderiam, desrespeitando leis ecológicas, como a capacidade de resiliência do ambiente. Apoiando-se nos achados da pesquisa, o Construcionismo se mostrou de fato como uma ferramenta analítica adequada, tanto que leva o pesquisador a considerar a questão da construção da problemática ambiental sob a perspectiva do problema em si e sob a perspectiva da formulação dos problemas pelas pessoas. O que se quis dizer, resumidamente, é que os problemas ambientais, no âmbito deste trabalho, são construídos, muito mais fruto de uma necessidade do que fruto da tomada de consciência do valor intrínseco da natureza, fazendo com que esses dois grupos, em específico, não demonstrem desassossego diante dos problemas ambientais, demonstrando notório embaraço ao tratar do assunto. Uma explicação plausível pode ser tanto a ausência de um grupo mobilizador que atue no município, como o fato da população não ter sofrido com nenhum desastre ambiental, ou mesmo com as consequências diretas dos problemas ambientais (escassez de água por exemplo).

Parece correto dizer, então, que a percepção dos problemas ambientais pode mesmo ser independente da grandeza dos próprios problemas, sugerindo, amiúde os resultados encontrados, que a preocupação do público, ou dessa comunidade, é

independente da deterioração ambiental real. Sendo assim, é moldada por outros fatores, alheios a simples percepção individual.

Finalizando, embora este trabalho tenha sido construído com um caráter mais reflexivo, cumpre-nos apresentar breves proposições, como forma de apontar para ações futuras no âmbito de atuação política municipal:

- ✓ Execução de estudos sobre o comportamento hidrossedimentológico na Bacia do Rio Toropi, especialmente em sua planície fluvial e na micro-bacia do arroio Poraima;
- ✓ Instituição de programa municipal para a proteção das Matas ciliares e encostas;
- ✓ Instituição de programa municipal que trate do descarte adequado dos resíduos, quanto mais os resíduos oriundos da atividade agropecuária;
- ✓ Estabelecimento de um programa de Educação Ambiental que dê conta do ensino formal e comunidades rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Cidadania e Meio Ambiente. In: ACSELRAD, Henri (org). **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Base, 1992. p. 18-31

ALVES, C. T., TEDESCO, J. C. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. **Teoria e Evidência Econômica** - Ano 21, n. 45, p. 257-281, jul./dez. 2015

ALMEIDA, J., GERHARDT, C. H. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005

AMORIM, F. Produtos químicos usados em antigo terreno da CEEE em Triunfo podem ser cancerígenos. **Porto Alegre,** Porto Alegre, 25 Jul. 2014. Disponível em http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/07/produtos-quimicos-usados-em-antigo-terreno-da-ceee-em-triunfo-podem-ser-cancerigenos-3831718.html, acesso em jan/2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Departamento de Organização do Sistema Financeiro. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro.** Ano 2, nº 16. Brasília, 2007. Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200703.pdf, acesso em agosto de 2016

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDENDURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, acessado em abril de 2016.

BRASIL, **Lei 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro,** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm, acessado em março de 2016.
BRASIL, **Lei 6.938/1981, Política Nacional do Meio Ambiente.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm, acessado em abril de 2016.

BUBLITZ, J. Os significados da floresta: elementos para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *In*: PEREIRA, A. (org.). **História Ambiental no Rio Grande do Sul.** Lajeado: Univates, 2014.

CORREA, S. M. S. Sobre os trabalhos em História Ambiental **(Entrevista disponibilizada em 25 de junho de 2011, a internet).** Disponível em

http://www.historiaambiental.org/historiador-silvio-marcus-de-souza-correa/, acesso em set/2016.

COSTA, A. J. V., WIZNIEWSKY, J. G. História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, v. 30, n. 1, p. 35-49. 2010.

COSTA, R. H., **Latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUNHA, A. C. F. A. **Poder de polícia: discricionariedade e limites**. Portal Âmbito Jurídico.com.br. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8930, acesso em jun/2016.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996] Luiz Alberto de Souza.

DIAS, D. F., TRENTIN, R., SCCOTI, A. A. V. Zoneamento geoambiental para o município de mata/rs: síntese das potencialidades e fragilidades. **Revista do Departamento de Geografia**.–USP, Volume 30 (2015), p. 132a 148.

DRUMMOND, J. A. A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa**.** ***Estudos Históricos****, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197*
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO. **Informe FARSUL.** Porto Alegre, 2012, disponível em http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=1767, acesso em jun/2016.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ARROZEIROS DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo ambiental.** Porto Alegre, 2015, disponível em http://www.federarroz.com.br/index.php?exe=processo_ambiental, acesso em jun/2016.

FERREIRA, L.C. et. al. In FERREIRA, L.C. (Org.). **A questão ambiental na América Latina teoria social e interdisciplinaridade.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 19-43.

FERREIRA, M. M., **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 314-332. Disponível em http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf acesso janeiro de 2016.

FLEURY, L., ALMEIDA, J., PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n. 35, 2014.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Institucional.** Porto Alegre, 2016. http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp, acessado em abril de 2016.

GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental, *In* **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII, n. 2. Jul/Dez. 2005, p. 1-33.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GREENPEACE. **O que fazemos.** Brasil, 2016, disponível em http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/agricultura-alimentacao/, acesso em jul/2016.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

HERÉDIA, V. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no rio grande do sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona, Nº 94 (10), 1 de agosto de 2001. Disponível em http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm, acesso em ago/2016.
http://www.olhardireto.com.br/agro/artigos/exibir.asp?artigo=Os_bancos_e_a_responsabilidade_ambiental&id=127.

MALFATTI, S. A.; MALFATTI, L. C. A. **Mata: ontem madeira, hoje pedra.** Santa Maria – Centro Universitário Franciscano, 2006.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, Disponível em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php, acesso em set/2016.

MARTINEZ, P.H. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino.** São Paulo: Cortez, 2006. Coleção questões de nossa época; v. 130).
Mercator - volume 9, número 19, 2010: mai./ago.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 34 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios**: volume 2 – Cenário socioambiental ruralbrasileiro/Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.

MORAES, F. D. **A Organização Espacial de Mata - RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural.** 2009. Dissertação (Mestrado em geografia e geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.
MOTTER, A. F. C. **Um olhar sobre o processo de transformação da paisagem na bacia do rio Santa Rosa (NW do RS), de 1915 aos dias atuais.** 2011. 224 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

NETO, J. A. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil - origens e evolução. **Rev. adm. empres.** vol.25 no.3 São Paulo July/Sept. 1985. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901985000300005

OLIVEIRA, D. A. **Explorando o Princípio da Gestão Democrática no Direito Ambiental.** Portal JUSBRASIL. Disponível em http://drdao.jusbrasil.com.br/artigos/117346993/explorando-o-principio-da-gestao-democratica-no-direito-ambiental, acesso em ago/2016.

OLIVEIRA, R. R., MONTEZUMA, R. C. M. História ambiental e ecologia da paisagem PADUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental.** Estud. av., São "<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 ago. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009.

PEDRO, F. P. Os bancos e a responsabilidade ambiental

PELEGRINI, G.; PELLEGRINI, J. B. R.; HILLESHEIN, L. P. O processo de colonização e a formação das unidades de produção familiares do sul do Brasil, *In*: TIECHER, T. (Org.) **Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no Sul do Brasil** [recurso eletrônico]: contextualizando as atividades agropecuárias e os problemas erosivos. Frederico Westphalen : RS : URI – Frederico Westph, 2015.

PICCIN, M. B.; **Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro.** 2012. 458 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

PIERUCCI, A. F. Neste programa Pierucci elucida alguns dos conceitos da sociologia weberiana desencantamento do mundo, diz sociólogo **(Entrevista disponibilizada em 27 de janeiro de 2016, a internet).** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6a_tBXm_u0Q. Entrevista concedida ao Programa Na íntegra, Univesp TV, acesso em ago/2016.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PORTO ALEGRE. Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul /Comissão de cidadania e direitos humanos. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos**, Porto Alegre – RS, ALRS/CCDH, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA. **Dados municipais.** Mata, 2016. Disponível em http://www.Mata.rs.gov.br/51/DadosMunicipais/. Acesso em jan. 2016.
RODRIGUES, M. M. **Política Nacional do Meio Ambiente e a eficácia de seus instrumentos.** Portal Âmbito Jurídico. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7500, acesso em set/2016.

ROOS, A. **Análise da transformação da paisagem do município de Agudo (RS) a partir da História Ambiental, ao longo do século XX.** 2013. 123 p. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

RUCKERT, F.; HARRES, M. M. Os banhados do rio dos Sinos e a História Ambiental da cidade de São Leopoldo. *In*: PEREIRA, A. (org.). **História Ambiental no Rio Grande do Sul.** Lajeado: Univates, 2014.

SIMIONI, J. P. D.; WOLLMANN, C. A.; **A cartografia geoambiental como método de caracterização e localização de lavouras arrozeiras, no município de Mata – RS.** *In*: Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE, p. 401 a 408. Disponível em: http://marte2.sid.inpe.br/rep/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.28.23.25.26. Acesso em jul.2016.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**/tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, P. B. As instituições financeiras e a proteção ao meio ambiente. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 267-300, jun/2005. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2312.pdf, acesso em ago/2016.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos**. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória.** *Educ. rev.* [online]. 2006, n.27, pp. 93-110. ISSN 0104-4060. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000100007.

UBERTI, H. G. **“A benção que se pede e que se dá”: as trajetórias sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira- 1841-1914).** 2011. 220p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental [1988] 1991. Tradução de José Augusto Drummond. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, \101. 4, n. 8. 1991, p. 198·215

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM OS AGENTES INSTITUCIONAIS

a) Apresentação geral

Faças uma breve apresentação (contando teu nome, idade, naturalidade, função que exerce na comunidade, a quanto tempo vive em Mata).

b) Características do local de estudo

Poderias descrever, brevemente, as principais alterações na paisagem do município de Mata, ao longo dos anos?

A que tu atribuis essas alterações? Como elas contribuíram para o desenvolvimento do município?

Quais foram as pessoas, entidades, projetos, enfim, que tornaram possíveis essas alterações na paisagem?

c) O papel da assistência técnica e outras entidades

Considerando-se as mudanças já comentadas, qual foi o papel das agências de assistência técnica nesse cenário? Quais agências eram (e são) mais atuantes e como trabalhavam ou trabalham ainda hoje?

A forma de atuação da assistência técnica sofreu mudanças ao longo do tempo? Quais? Como se deu isso?

Qual o papel do banco nessas alterações todas?

E qual o papel da política, também relacionada com as mudanças que ocorreram ao longo do tempo?

Os órgãos representativos, como os sindicatos ou associações, que papel tiveram nesse contexto?

d) A atuação dos órgãos ambientais

Quais órgãos ambientais atuaram e atuam mais fortemente no município? Como eles trabalham?

Qual o papel desses órgãos quando se fala em qualidade ambiental no município?

Poderias identificar se existem disputas entre os órgãos ligados ao setor produtivo e os ligados ao meio ambiente? Se sim, como se dão esses embates?

e) Espaços de discussão

Existem espaços de discussão no município, onde os diferentes agentes (agricultores, moradores da zona urbana, entidades, etc) que estão envolvidos de alguma forma com a questão ambiental possam debater e organizar ações?

Como se dão os encontros entre arrozeiros e comunidade? O uso da água é tema relevante?

Existe algum trabalho integrado entre esses diferentes agentes?

Esses espaços são organizados por quem? Qual é o papel da sociedade civil organizada e do Estado nessa organização?

f) A ação dos agricultores

Relativamente aos agricultores, como tu percebes a forma de atuação quando o assunto é produção/produtividade?

Como a questão ambiental é considerada na hora da tomada de decisão desses agricultores, no que tange sua forma de produção?

Como é a relação dos agricultores com: entidades representativas, entidades ambientalistas, políticos e órgãos ambientais?

APÊNDICE B- ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES

a) Apresentação geral

Faças uma breve apresentação (contando teu nome, idade, naturalidade, etnia, atividade em que atua).

b) Trajetória de vida

Como inicia a tua história de vida (a chegada da tua família nesta localidade, que idade tu tinhas, o que se fazia nessa época para o sustento da família)?

Como está a família hoje? Os pais, irmãos, filhos...

Como aconteceu a sucessão na propriedade de teus pais? Trabalhas nela ainda?

Como era o lugar antes do estabelecimento da família de teus pais (relativamente a paisagem, modo de produção, cultivos, modo de vida)?

E na tua propriedade, como era a paisagem, a produção, os cultivos, o modo de vida?

Qual mudança é mais marcante pra ti?

c) Produção primária e propriedade

Como se dá a posse da terra: tu és proprietário, arrendatário, parceiro?

Quem mais trabalha contigo na propriedade?

Cultivas ou tens outra atividade além do arroz, na propriedade? Quantos hectares são destinados para cada cultivo ou atividade alternativa?

Onde e como os insumos para a lavoura são adquiridos? Financia no banco?

A que distância a propriedade fica da cidade?

Como faz o escoamento (transporte) da produção?

Onde comercializa a produção?

Os governos (municipal, estadual ou federal) contribuíram de alguma forma na escolha do tipo de atividade que tu realizas?

Como foi a atuação de outras entidades (sindicatos, associações, bancos, assistência técnica) e dos órgãos ambientais, para a tua vida enquanto produtor rural?

d) A questão ambiental

Na hora de abrir a lavoura ou a roça (ou de aumentar), quais foram as áreas escolhidas? Por que?

Para sua atividade é exigido licenciamento ambiental e/ou outorga de direito do uso da água? Possui esses documentos?

Vai fazer ou já fez o Cadastro Ambiental Rural?

Como é trabalhada a questão das áreas de preservação permanente na propriedade?

Quando o assunto é meio ambiente, quais são as entidades que mais atuam no município? Essas entidades entram em conflito com a atividade?

O senhor participa dos debates sobre questão ambiental? Como são esses debates e quem participa?

A (s) atividade (s) exercida (s) pela tua família é (são) utilizadora (s) de recursos naturais? Quais são eles?

A ou as atividades mencionadas anteriormente podem poluir o ambiente? Como?

Políticos (vereadores, prefeito, deputados, etc) atuam no município quando o assunto é produção? E meio ambiente?

ANEXOS

ANEXO A- Pedido de Revisão TCA

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER – FEPAM.

Nome:
CPF nº:
NÚMERO DO EMPREENDIMENTO
LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº:
PERAI Nº:

(NOME COMPLETO), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), residente e domiciliado na _____, nº_____, (DISTRITO/SUBDISTRITO), no município de _____, sem prejuízo das demais informações acima consignadas, vem, perante Vossa Ilustre presença, apresentar

PEDIDO DE REVISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PLANO ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE IRRIGANTE – PERAI, pelas razões que seguem.

1. **DAS RAZÕES**

Considerando a proposição da **Federação das Associações dos Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul – FEDERARROZ apoiado pela**

Farsul, Fetag e IRGA, para que sejam revisados os Termos de Compromisso Ambiental – TCA's firmados em virtude do Plano Estadual de Regularização das Atividades Irrigantes – PERAI, a fim de adequá-los à legislação vigente, e para que sejam suspensas as sanções administrativas aplicadas em razão da inexistência de demarcação das Áreas de Preservação Permanente na ocasião do requerimento de renovação das respectivas Licenças de Operação;

Considerando a necessidade de adequação dos aludidos Termos de Compromisso Ambiental – TCA's firmados pelos orizicultores às disposições do Novo Código Florestal - Lei Federal n° 12.651/2012;

Considerando a obrigatoriedade da revisão dos Termos de Compromisso Ambiental – TCA's previstas de forma expressa no artigo 12 do Decreto Federal n° 8.235/2014, que estabelece que **os termos de compromissos** dos imóveis rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito **firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei nº 12.651/2012;**

Considerando as exigências de apresentação de laudo técnico contendo a demarcação das Áreas de Preservação Permanente em propriedades rurais feitas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, quando do requerimento de renovação de Licenças de Operação relativas à irrigação superficial das lavouras de arroz, possuem fundamento nas disposições dos Termos de Compromisso Ambiental – TCA firmados em decorrência do Plano Estadual de Regularização das Atividades Irrigantes – PERAI, conforme previsões contidas nas Resoluções CONSEMA n° 36/2003 e n° 100/2005;

Considerando **a Lei nº 12.651/2012 consigna inúmeras adequações legais a realidade produtiva do país, tais como às denominadas áreas rurais consolidadas, viabilizando, assim, a continuidade das atividades agrossilvipastoris nas áreas que eram utilizadas até o dia 22 de julho de 2008, revertendo na desobrigação de recomposição/recuperação de parte desses locais;**

Considerando posição exarada pelo órgão ambiental no sentido de

que assiste razão aos produtores associados à Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – FEDERARROZ, cabendo a revisão dos Termos de Compromisso Ambiental – TCA's firmados em virtude do Plano Estadual de Regularização das Atividades Irrigantes – PERAI, para que sejam adequados à legislação vigente, mediante requerimento do interessado;

Considerando que, enquanto não findo o prazo para a inscrição dos produtores no Cadastro Ambiental Rural – CAR, esses fazem *jus* à Licença de Regularização de Operação os arrozeiros empreendedores que a solicitarem;

Esse produtor firmatário requer:

1) seja revisado o Termo de Compromisso Ambiental - TCA firmado com fulcro no Plano Estadual de Regularização das Atividades Irrigantes – PERAI**,** mediante a instauração de processo administrativo ambiental pertinente, devendo as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, sem prejuízo das demais exigências legais, ser adequadas a Legislação de regência, conforme acima exposto e fundamentado;

2) sejam suspensos o atos sancionatórios administrativos referentes às exigências apresentadas aos produtores rurais irrigantes referentes à apresentação de laudo técnico contendo a demarcação das Áreas de Preservação Permanente – APP's e Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação de multas, como requisito para renovações de Licenças de Operação relativas à irrigação superficial;

3) sejam prestadas informações de forma legal, no prazo de 30 (trinta) dias, do a contar do primeiro dia útil posterior ao protocolo do presente pedido.

Local, data.

Assinatura do Produtor

ANEXO B- Documentação necessária para o licenciamento ambiental irrigação superficial

fepam

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
IRRIGAÇÃO SUPERFICIAL- RAMO 111.30

		LP	LPA	LI	LIA	LO	AUT
1.	Requerimento para abertura de processo administrativo, disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/central/formularios/arq/ISD-MA.doc.	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.	Carta do exército em escala 1:25.000 ou 1:50.000 situando o empreendimento.	☐	☐			☐	☐
3.	Croqui detalhado de localização do empreendimento indicando distâncias, pontos de referência e estradas de acesso.	☐	☐			☐	☐
4.	Anuência do(s) Gestor(es) da(s) Unidade(s) de Conservação.	☐	☐			☐	☐
5.	Certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, informando se o empreendimento está em zona urbana ou rural e se há restrições.	☐	☐			☐	
6.	Reserva de Disponibilidade Hídrica, expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos (DRH) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).	☐	☐				
7.	Outorga de Direito de Uso da Água, emitida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH, da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA ou pela Agência Nacional de Águas - ANA.			☐	☐	☐	☐
8.	Planta do empreendimento, georreferenciada (graus decimais – Datum SIRGAS 2000) assinada pelo técnico responsável e pelo empreendedor, em escala de detalhamento 1:5.000 ou 1:10.000, com legenda, indicando: o uso do solo com ênfase nos recursos hídricos, pontos de captação de água, malha de canais, pontos de esgotamento, estradas, benfeitorias e as poligonais da propriedade, da área irrigável, da área irrigada, das Áreas de Preservação Permanente.	☐	☐			☐	
9.	CD com arquivo digital do tipo vetorial e georreferenciado no *datum* SIRGAS 2000 da planta do empreendimento, que contenha, no mínimo, os limites do empreendimento (polígono), os limites da área irrigada (polígono), as áreas de proteção ambiental – APPs (polígono) e pontos de captação (pontos). O arquivo digital deverá estar no formato: shapefile (com, no mínimo, as seguintes extensões: *.dbf, *.prj, *.shp, *.shx);	☐	☐			☐	
10.	Cópia da matrícula atualizada do registro de imóveis.	☐	☐				
11.	Cópia da(s) ART(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pelo licenciamento ambiental, pelos laudos técnicos e outros, com data de validade para o período da licença requerida e com comprovante de pagamento.	☐	☐	☐	☐	☐	☐
		LP	LPA	LI	LIA	LO	AUT

Versão Maio/2014
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS
Rua: Carlos Chagas, 55 – Fone: (0xx51) 3288-9400 – CEP 90030-020
Porto Alegre – RS – Brasil

ANEXO C- Documentação necessária para o licenciamento ambiental irrigação aspersão/localizada

fepam

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
IRRIGAÇÃO POR ARPERSÃO/LOCALIZADA - RAMO 111.40

		LP	LPA	LI	LIA	LO	AUT
1.	Requerimento para abertura de processo administrativo, disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/central/formularios/arq/ISD-MA.doc.	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.	Carta do exército em escala 1:25.000 ou 1:50.000 situando o empreendimento.	☐	☐			☐	☐
3.	Croqui detalhado de localização do empreendimento indicando distâncias, pontos de referência e estradas de acesso.	☐	☐			☐	☐
4.	Anuência do(s) Gestor(es) da(s) Unidade(s) de Conservação.	☐	☐			☐	☐
5.	Certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, informando se o empreendimento está em zona urbana ou rural e se há restrições.	☐	☐			☐	
6.	Reserva de Disponibilidade Hídrica, expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos (DRH) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).	☐	☐				
7.	Outorga de Direito de Uso da Água, emitida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH, da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA ou pela Agência Nacional de Águas - ANA.			☐	☐	☐	☐
8.	Planta do empreendimento, georreferenciada (graus decimais – Datum SIRGAS 2000) assinada pelo técnico responsável e pelo empreendedor, em escala de detalhamento 1:5.000 ou 1:10.000, com legenda, indicando: o uso do solo com ênfase nos recursos hídricos, pontos de captação de água, estradas, benfeitorias, rede elétrica, rede de adução da água e as poligonais da propriedade, da área irrigável, da área irrigada, das Áreas de Preservação Permanente.	☐	☐			☐	
9.	CD com arquivo digital do tipo vetorial e georreferenciado no *datum* SIRGAS 2000 da planta do empreendimento, que contenha, no mínimo, os limites do empreendimento (polígono), os limites da área irrigada (polígono), as áreas de proteção ambiental – APPs (polígono) e pontos de captação (pontos). O arquivo digital deverá estar no formato shapefile (com, no mínimo, as seguintes extensões: *.dbf, *.prj, *.shp, *.shx);	☐	☐			☐	
10.	Cópia da(s) ART(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pelo licenciamento ambiental, pelos laudos técnicos e outros, com data de validade para o período da licença requerida e com comprovante de pagamento.	☐	☐	☐	☐	☐	☐
11.	Cópia da matrícula atualizada do registro de imóveis.	☐	☐				
		LP	LPA	LI	LIA	LO	AUT